

NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

(FCC.2013.TRE.MS.ANALISTA) O Poder Executivo exerce, além da função administrativa, a denominada função política de governo — como, por exemplo, a elaboração de políticas públicas, que também constituem objeto de estudo do direito administrativo. ERRADA

(FCC.2013.TRE.MS.ANALISTA) Dizer que o direito administrativo é um ramo do direito público significa o mesmo que dizer que seu objeto está restrito a relações jurídicas regidas pelo direito público. ERRADA

(AGU.CESPE.2009) Na França, formou-se a denominada Escola do Serviço Público, inspirada na jurisprudência do Conselho de Estado, segundo a qual a competência dos tribunais administrativos passou a ser fixada em função da execução de serviços públicos. CERTA

(PCSE.2006.CESPE.ESCRIVAO) A administração é o instrumental de que dispõe o Estado para pôr em prática as opções políticas do governo. CERTA

(TRF.4ªRegião.2005.JUIZ FEDERAL) Enquanto *governo* constitui atividade política, de índole discricionária, *administração* implica atividade exercida nos limites da lei ou da norma técnica. CORRETA

(TJ.AMAPÁ.2006.JUIZ.PROVA DISCURSIVA. “Governo e Administração são termos que andam juntos e muitas vezes são confundidos, embora expressem conceitos diversos nos vários aspectos em que se apresentam”. Faça distinção entre governo e administração pública.

(TRF - 3ª REGIÃO - 2013 - Juiz Federal) Assinale a alternativa correta:

- a) Princípios de Direito Administrativo devem ser levados em consideração para efeito de decisão judicial apenas quando a lei for omissa, e após recurso à analogia e aos costumes.
- b) Desconsiderar princípios de direito administrativo não implica ofensa à ordem jurídica desde que haja disposição legal que, enquanto regra geral aplicável ao caso, possa servir de fundamento para a decisão a ser proferida.
- c) Princípios de direito administrativo, expressos na Constituição da República, são hierarquicamente superiores a quaisquer outras regras jurídicas, sejam elas constitucionais ou não.
- d) Em direito administrativo, princípios jurídicos têm caráter prescritivo, condicionam o exercício de competências discricionárias, são úteis no processo de interpretação dos atos normativos em geral, e se prestam à colmatação de lacunas.
- e) O Direito Administrativo é composto por princípios e regras que, como espécies de normas jurídicas, consubstanciam prescrições diferenciadas, conquanto dotadas do mesmo grau de generalidade e abstração.

LETRA D

(CESPE - 2013 - MI - Assistente Técnico Administrativo) Os costumes, a jurisprudência, a doutrina e a lei constituem as principais fontes do direito administrativo.

Certo

ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

1.JUIZ DO TRABALHO - TRT 3 ªR - 2013 – TRT 3 ªR – *Relativamente às agências reguladoras, é correto afirmar.*

- a) *Cabe-lhes, nos limites do texto constitucional, definir políticas públicas assim como executá-las nos diversos setores regulados.*
- b) *Integram a administração direta federal.*
- c) *Seus servidores são empregados públicos, sujeitos ao regime da CLT.*
- d) *Cabe-lhes substituir o poder executivo relativamente às funções que o poder concedente exerce nos contratos de concessão ou permissão de serviços públicos.*

e) As agências reguladoras podem assumir o modelo de fundação pública ou autarquia, conforme opção do ente político (União), no momento de sua criação.

Gabarito: D

2.(CESPE - 2013 - BACEN - Procurador) No que se refere à organização administrativa brasileira, assinale a opção correta.

- **a)** As agências reguladoras são autarquias com regime especial, cujos dirigentes ocupam cargos em comissão exoneráveis pelo chefe do Poder Executivo.
- **b)** De acordo com a jurisprudência, compete à justiça federal processar e julgar as ações ajuizadas contra sociedade de economia mista, quando a referida instituição estiver sob a intervenção do BACEN.
- **c)** Na denominada descentralização por serviços, por meio da qual o poder público cria uma pessoa jurídica de direito público ou privado, atribuindo-lhe a execução de determinado serviço público, é vedada a transferência da própria titularidade do serviço.
- **d)** O Estado pode intervir no domínio econômico mediante a criação de empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas.
- **e)** As autarquias administrativas, entidades destinadas ao exercício de diversas atividades administrativas, inclusive, de fiscalização, submetem-se ao regime jurídico de direito público, a exemplo do BACEN.

Gabarito: LETRA E

3.(MPDFT - 2013 - MPDFT - Promotor de Justiça) Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- **a)** Não pode haver demissão de servidor que esteja gozando de licença para tratamento de saúde.
- **b)** Compete à Justiça comum pronunciar-se sobre a existência, a validade e a eficácia das relações entre servidores e o poder público fundadas em vínculo jurídico-administrativo.
- **c)** As sociedades de economia mista prestadoras de ações e serviços de saúde, cujo capital social seja majoritariamente estatal, gozam da imunidade tributária federativa (art. 150, VI, "a", CF).
- **d)** O serviço público de saúde essencial não pode ser prestado por servidores precários ou contratados temporariamente.
- **e)** A implantação de campus universitário sem que a iniciativa legislativa tenha partido do próprio estabelecimento de ensino envolvido caracteriza, em princípio, ofensa à autonomia universitária.

Gabarito: LETRA A

4.(VUNESP - 2013 - TJ-RJ - Juiz) Na Administração Pública Indireta,

- **a)** as autarquias e as fundações governamentais poderão possuir personalidade jurídica de direito público ou privado.
- **b)** não cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por empresa pública.
- **c)** as sociedades de economia mista só têm foro na justiça federal quando a união intervém como assistente ou oponente.
- **d)** somente a União poderá criar, por meio de lei, Agências Reguladoras.

Gabarito: LETRA C

5. TRF - 3ª REGIÃO - 2013 - Juiz Federal) Assinale a alternativa incorreta:

- **a)** Autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações governamentais e consórcios públicos personalizados integram a Administração Pública Indireta.
- **b)** Autarquias são pessoas jurídicas de direito público, com capacidade exclusivamente administrativa, e podem, quanto à sua estrutura ou base, serem apartadas em corporativas ou fundacionais.

- **c) Fundações governamentais são, todas elas, integrantes da Administração Pública Indireta, e submetem-se ao mesmo regime jurídico porque são igualmente pessoas jurídicas de direito privado;**
- **d) Organizações Sociais, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e Consórcios Públicos são espécies de pessoas jurídicas, as duas primeiras com personalidade de direito privado, e a terceira podendo revestir-se de personalidade de direito público ou de direito privado, nos termos da lei, dependendo da forma como forem organizadas;**
- **e) Empresas governamentais constituem gênero compreensivo das espécies empresas públicas e sociedades de economia mista, dotadas de personalidade de direito privado, que se submetem a regime jurídico parcialmente de direito público, exigindo-se autorização legislativa específica para criação de cada qual.**

Gabarito: LETRA C

6. CESPE - 2013 - Polícia Federal - Delegado de Polícia A sociedade de economia mista é pessoa jurídica de direito privado que pode tanto executar atividade econômica própria da iniciativa privada quanto prestar serviço público.

Gabarito: CERTO

LICITAÇÕES

1 - (Prova: FCC - 2013 - TRT - 15ª Região - Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador)

A Administração pública precisa adquirir determinada quantidade de café para consumo dos servidores e administrados de uma repartição pública. Pretende, no entanto, especificar o produto, para garantir certo grau de qualidade. Realizada a pesquisa de preços, apurou que o custo para a aquisição será da ordem de R\$ 8.000,00 (oito mil reais). Poderá

- **a)** instaurar procedimento de licitação, sob a modalidade de concorrência ou leilão, para garantir a aquisição do produto pelo menor preço possível.
- **b)** realizar a aquisição diretamente, instruindo regular procedimento de dispensa de licitação.
- **c)** realizar a aquisição direta, de qualquer das empresas que tenham participado da pesquisa de preços, por meio de regular instauração de processo de inexigibilidade de licitação.
- **d)** promover a aquisição diretamente, independentemente de formalização de procedimento de dispensa ou de inexigibilidade de licitação, tendo em vista que a vantajosidade já está comprovada.
- **e)** instaurar procedimento de licitação, sob a modalidade de concorrência, podendo dispensar a licitação antes da adjudicação do objeto ao vencedor, caso se verifique que o valor apurado em pesquisa de mercado era inferior.

LETRA B

2 - (Prova: VUNESP - 2013 - TJ-SP - Juiz / Direito Administrativo)

Ante a recusa do adjudicatário para assinar o contrato, a Administração poderá

- **a)** convocar qualquer dos licitantes, observados os critérios da conveniência e oportunidade, para assinar o contrato.
- **b)** convocar qualquer dos licitantes, desde que prestada garantia adicional consistente em caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, para assinar o contrato.
- **c)** convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições do primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação.
- **d)** convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nos termos de suas propostas, inclusive quanto aos preços.

LETRA C

3 - (Prova: CESPE - 2013 - TRT - 8ª Região (PA e AP) - Analista Judiciário)

No que se refere ao instituto da licitação, assinale a opção correta.

- **a)** É inválido o ato de revogação de licitação fundamentado no comparecimento de um único licitante ao certame.
- **b)** Configura hipótese de inexigibilidade de licitação a contratação de fornecimento de energia elétrica e gás natural com concessionário autorizado.
- **c)** No pregão, assim como nas demais modalidades de licitação, a homologação antecede a adjudicação.
- **d)** O dever de realizar procedimento licitatório estende-se às instituições privadas quando suas compras, aquisições, serviços ou alienações envolverem recursos repassados voluntariamente pela União.
- **e)** Caso determinado administrador público, durante procedimento licitatório, não observe uma das formalidades previstas na lei, independentemente da natureza do ato formal inobservado, o procedimento deverá ser declarado nulo, em atenção ao princípio do formalismo procedimental, que norteia a atuação da administração pública nas licitações.

LETRA D

4 - (Prova: UFPR - 2013 - TJ-PR - Juiz / Direito Administrativo / Licitações e Lei 8.666 de 1993.;)

Conforme o disposto no art. 3.º da Lei n.º 8.666/1993, a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração. Sobre a licitação, é correto afirmar:

- **a)** Via de regra as licitações podem ser sigilosas.
- **b)** Estipula o §2º do referido artigo que, “Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços: I) produzidos no País; II – produzidos em países de língua portuguesa; III) produzidos ou prestados por empresas brasileiras; IV) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País”.
- **c)** É dispensável licitação “para a aquisição de bens e insumos destinados exclusivamente à pesquisa científica e tecnológica com recursos concedidos pela Capes, pela Finep, pelo CNPq ou por outras instituições de fomento à pesquisa credenciadas pelo CNPq para esse fim específico”.
- **d)** É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo.

LETRA C

5 - (Prova: FCC - 2013 - PGE-BA - Analista de Procuradoria)

A modalidade licitatória denominada concorrência

- **a)** condiciona a participação dos interessados ao cadastramento prévio e à comprovação, na fase de habilitação, de que possuem os requisitos de qualificação exigidos no edital.
- **b)** deve ter o edital publicado na imprensa oficial e em jornal de grande circulação com antecedência mínima de 15 dias da data de realização do evento.
- **c)** poderá ser utilizada nos casos em que couber convite ou tomada de preços.
- **d)** caracteriza - se pela apresentação de lances verbais e sucessivos até a proclamação do vencedor.
- **e)** serve tipicamente para escolha de trabalhos técnicos ou científicos, mediante a instituição de prêmio ou remuneração aos vencedores.

LETRA C

6 - (Prova: FCC - 2013 - PGE-BA - Analista de Procuradoria)

Norteia as licitações públicas o princípio

- **a)** do julgamento subjetivo, segundo o qual se priorizam as aptidões técnicas e a capacidade financeira dos licitantes para se escolher a proposta mais vantajosa à Administração Pública.
- **b)** da exceção da experiência não demonstrada, que autoriza a Administração Pública, em certos casos, a não contratar com o licitante vencedor, caso ele não demonstre experiência anterior em obra semelhante até a data prevista para celebração do contrato.
- **c)** da vinculação ao instrumento convocatório, o qual determina que, uma vez recebida carta-convite da Administração Pública para participar de tomada de preços, o licitante convocado, caso não tenha

interesse em participar, deverá notificar seu desinteresse à comissão de licitação até 2 dias antes da data marcada para realização do evento.

- **d)** da probidade administrativa, que tem como traço peculiar a escolha da proposta com o menor preço para a Administração Pública.
- **e)** da igualdade, que preceitua a isonomia de tratamento para todos os licitantes, ainda que se admita, em certos casos previstos em lei, a fixação de margens de preferência e de critérios preferenciais de desempate.

LETRA E

7 - (Prova: TRF - 3ª REGIÃO - 2013 - TRF - 3ª REGIÃO - Juiz Federal)

Assinale a alternativa **incorreta**:

- **a)** A licitação constitui processo administrativo em larga medida vinculado, obrigatório como regra para celebração, pela Administração Pública, direta e indireta, de contratos de seu interesse, comportando variados ritos procedimentais, nos termos da lei.
- **b)** Serviço de natureza singular, para efeito de reconhecimento de inexigibilidade de licitação, é apenas aquele que só pode ser prestado por um único profissional ou empresa.
- **c)** O fato de acorrerem ao certame licitatório vários licitantes que tenham sido regularmente habilitados, e que tenham apresentado igualmente propostas nos termos do instrumento convocatório, não autoriza proclamar vencedora proposta cujo valor seja excessivo ou manifestamente inexequível, ainda que seja, dentre as oferecidas, a melhor.
- **d)** Não configura hipótese de inexigibilidade de licitação a só exclusividade de produção do que a Administração Pública necessita adquirir, sendo indispensável a exclusividade de fornecimento.
- **e)** Para anular ou revogar a licitação a autoridade competente deve antes comunicar formalmente aos licitantes os motivos pelos quais pretende assim proceder, fixando-lhes prazo para manifestação, independentemente do direito que lhes assiste, posteriormente, de recorrerem da eventual decisão administrativa de anulação ou revogação do certame.

LETRA B

8 - (Prova: VUNESP - 2013 - TJ-SP - Advogado)

No procedimento licitatório,

- **a)** o julgamento ocorre antes da classificação das propostas.
- **b)** a concorrência não é um tipo de licitação.
- **c)** a homologação ocorre depois da adjudicação.
- **d)** o Pregão é considerado um tipo de licitação.
- **e)** a habilitação é ato discricionário.

LETRA B

9 - (Prova: VUNESP - 2013 - TJ-SP - Advogado 9)

A licitação é dispensável na seguinte hipótese:

- **a)** para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.
- **b)** doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo.
- **c)** venda a outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo.
- **d)** alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis de uso comercial.
- **e)** dação em pagamento.

LETRA A

10 - (Prova: FCC - 2013 - TRT - 12ª Região (SC) - Analista Judiciário)

Determinado órgão público pretende restaurar obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, compatíveis com suas finalidades. Na hipótese narrada, a licitação é

- a) inexigível.
- b) obrigatória na modalidade convite.
- c) dispensável.
- d) obrigatória na modalidade concurso.
- e) obrigatória na modalidade pregão.

LETRA C

11 - (Prova: MPE-PR - 2013 - MPE-PR - Promotor Substituto;)

Quanto às modalidades de licitação, assinale a alternativa **correta**:

- a) Concorrência é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação;
- b) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto;
- c) Pregão é a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns, quais sejam aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado;
- d) Concurso é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de três pela unidade administrativa, a qual fixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas;
- e) Convite é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

LETRA C

12 - (Prova: CESPE - 2013 - DPE-DF - Defensor Público)

Julgue os itens que se seguem, relativos a licitação e ajustes administrativos.

Nos termos da Lei n.º 8.666/1993, a realização do procedimento licitatório serve-se de três finalidades fundamentais: a busca da proposta mais vantajosa, o oferecimento de igualdade de oportunidade a todos os interessados e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

- Certo

13 - (Prova: CESPE - 2013 - TJ-RR - Titular de Serviços de Notas e de Registros)

Considerando a disciplina das licitações no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a opção correta.

- a) A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.
- b) A legislação veda que se exija dos licitantes, na fase da habilitação, atestado de regularidade fiscal.
- c) É inexigível a licitação para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.
- d) No caso de pregão, antes da etapa competitiva, o pregoeiro deverá verificar a aceitabilidade da proposta em função das exigências do edital.
- e) Entre os tipos de licitação expressamente previstos na legislação incluem-se a concorrência, a tomada de preços e o convite.

LETRA A

14- (Prova: TJ-SC - 2013 - TJ-SC - Juiz)

Sobre o processo licitatório, é **correto** afirmar:

- **a)** Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.
- **b)** É dispensável a licitação nos casos de guerra ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.
- **c)** É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.
- **d)** Quanto à documentação relativa à qualificação técnica, em alguns casos, a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente poderá ser admitida através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.
- **e)** A abertura dos envelopes contendo a documentação para habilitação e as propostas será realizada sempre em ato público previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes, pela Comissão de licitação e pela assessoria jurídica da Administração.

LETRA C

15 - (Prova: FMP-RS - 2013 - MPE-AC - Analista)

Com relação às modalidades, aos limites e à dispensa de licitação, conforme a Lei N° 8.666/93 e alterações, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, assinale a opção correta.

- **a)** A concorrência é modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- **b)** É dispensável a licitação quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- **c)** É possível a criação de outras modalidades de licitação ou a combinação das citadas no artigo 22 da referida lei.
- **d)** O valor estimado para a contratação de obra na modalidade de tomada de preços é de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).
- **e)** Para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações da sociedade civil de interesse público, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.

LETRA B

16 - (Prova: MPE-SC - 2013 - MPE-SC - Promotor de Justiça - Manhã)

ANALISE CADA UM DOS ENUNCIADOS DAS QUESTÕES

ABAIXO E ASSINALE

"CERTO" (C) OU "ERRADA" (E)

Nos termos da Lei n. 8.666/93, constitui motivo para a rescisão do contrato a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto, o que configuraria o fato da Administração.

- Certo

17 - Q308389 (Prova: MPE-SC - 2013 - MPE-SC - Promotor de Justiça - Tarde)

As normas gerais sobre licitações, estabelecidas em lei federal, não dizem respeito às alienações no âmbito dos Poderes Públicos.

- Errado

18 - Q308136 (Prova: MPE-SC - 2013 - MPE-SC - Promotor de Justiça - Manhã)

A licitação fracassada ocorre quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não possa ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas, o que caracteriza hipótese de dispensa.

- Errado

19 - Q308139 (Prova: MPE-SC - 2013 - MPE-SC - Promotor de Justiça - Manhã)

De acordo com a Lei 8.666/93, constituem tipos de licitação, exceto na modalidade concorrência: a de menor preço - quando o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração determinar que será vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do edital ou convite e ofertar o menor preço; a de melhor técnica; a de técnica e preço; e a de maior lance ou oferta, nos casos de alienação de bens ou concessão de direito real de uso.

- Errado

20- (Prova: MPE-SC - 2013 - MPE-SC - Promotor de Justiça) –

Nos termos da Lei da Licitação, é vedada a utilização da modalidade "convite" ou "tomada de preços", conforme o caso, para parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, sempre que o somatório de seus valores caracterizar o caso de "tomada de preços" ou "concorrência", respectivamente, exceto para as parcelas de natureza específica que possam ser executadas por pessoas ou empresas de especialidade diversa daquela do executor da obra ou serviço.

- Certo

CONTRATO ADMINISTRATIVO

1 - (Prova: FCC - 2013 - TRT - 18ª Região (GO) - Analista Judiciário)

A mutabilidade que caracteriza o contrato administrativo,

- a) é ilimitada, desde que a fundamentação da alteração demonstre a necessidade de fazê-lo para atendimento do interesse público.
- b) é ilimitada no que se refere aos aspectos quantitativos do contrato, e limitada no que concerne às alterações qualitativas, desde que fique demonstrada a necessidade de fazê-lo para atendimento do interesse público.
- c) expressa-se no aspecto quantitativo com limitações percentuais para acréscimos e supressões de obras, serviços ou compras, percentuais que não se aplicam quando se trata de análise de viabilidade de alteração qualitativa.
- d) expressa-se no aspecto qualitativo com limitações percentuais, combinado com a obrigação de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro por parte da Administração diante de majorações de custos da contratada.
- e) limita-se à demonstração de necessidade da alteração para adequação de critérios técnicos ou financeiros, vedadas mudanças que promovam alteração qualitativa, em razão da impossibilidade de estabelecimento de majoração de custos da Administração pública.

LETRA C

2 - (Prova: VUNESP - 2013 - TJ-RJ - Juiz)

O Contrato Administrativo

- a) em regra, deverá possuir prazo indeterminado.
- b) na Parceria Público Privada exige da administração o oferecimento de garantias em favor do contratado.
- c) é facultativo nos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação.
- d) será obrigatoriamente escrito e registrado em livro próprio da contratante ou por meio de escritura pública.

LETRA B

3 - (Prova: TRF - 3ª REGIÃO - 2013 - TRF - 3ª REGIÃO - Juiz Federal)

Assinale a alternativa **correta**:

- a) Contratos administrativos típicos são aqueles assim denominados, desde que uma das partes seja entidade integrante da Administração Pública.
- b) Em se tratando de contratos administrativos, submetem-se apenas a regime jurídico administrativo, não se lhes aplicando, em hipótese alguma, disposições de direito privado.
- c) Todo contrato firmado por entidade governamental submete-se a regime jurídico consagrador de prerrogativas em favor dela, como as de modificá-lo ou rescindi-lo unilateralmente.
- d) Decretada a nulidade de um contrato administrativo, ficam desconstituídos seus efeitos, impondo-se sempre ao contratado restituir à Administração contratante o que dela tiver recebido a título de pagamento pelo executado.
- e) No exercício das prerrogativas que assistem à Administração Pública, admite-se alteração unilateral de contrato administrativo, sendo relevante para reconhecimento da incidência de condicionamentos e limites a distinção entre aumentos qualitativos e quantitativos de seu objeto.

LETRA E

4 - (Prova: FCC - 2013 - PGE-BA - Analista de Procuradoria)

NÃO constitui aspecto fundamental do regime jurídico dos contratos administrativos clássicos:

- a) a adoção das chamadas cláusulas exorbitantes.
- b) o exercício de prerrogativas pela Administração pública, enquanto parte.
- c) a garantia de equilíbrio econômico-financeiro ao particular contratado.
- d) direito do contratado de invocar a exceção do contrato não cumprido quando houver qualquer inadimplência da administração.
- e) a ocupação provisória de bens e serviços vinculados ao objeto do contrato, a título de cautela para apuração administrativa de faltas contratuais nos casos de serviços essenciais.

LETRA D

5 - (Prova: FCC - 2013 - TRT - 12ª Região (SC) - Analista)

Nos termos da Lei nº 8.666/93, a publicação resumida do instrumento do contrato administrativo ou de seus aditamentos na imprensa oficial é condição indispensável para sua eficácia e será providenciada pela Administração até o

- a) décimo dia útil do mês de sua assinatura.
- b) quinto dia útil do mês de sua assinatura.
- c) décimo dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.
- d) quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.
- e) sexto dia útil do mês de sua assinatura.

LETRA D

6 - (Prova: CESPE - 2013 - STM - Juiz)

Com relação à disciplina dos contratos administrativos, assinale a opção correta.

- a) A rescisão unilateral do contrato por descumprimento de cláusula contratual não autoriza a retenção de créditos devidos ao contratante.

- **b)** Os contratos administrativos somente poderão ser rescindidos por ato unilateral da administração ou decisão judicial.
- **c)** O não cumprimento de cláusula contratual autoriza a administração pública a rescindir o contrato e a utilizar instalações, equipamentos, pessoal e materiais necessários à execução de serviço essencial.
- **d)** No caso de concordata do contratado, é vedado à administração manter o contrato.
- **e)** O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento contratado pela administração não é causa suficiente para a rescisão do contrato, porém basta para que se autorize a imposição de multa diária.

LETRA C

7 - (Prova: TJ-SC - 2013 - TJ-SC - Juiz)De acordo com as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

I. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído pela Lei nº 8.666/93 confere à Administração uma série de prerrogativas, dentre as quais: a) modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado; b) rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados na citada lei; c) fiscalizar-lhes a execução; d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

II. A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos. A nulidade, em nenhuma hipótese, não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados.

III. Os contratos administrativos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, unilateralmente pela Administração quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.

IV. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

- **a)** Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- **b)** Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- **c)** Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- **d)** Somente as proposições III e IV estão corretas.
- **e)** Somente as proposições I e IV estão corretas.

LETRA E

8 - (Prova: FCC - 2013 - TRT - 9ª REGIÃO (PR) - Analista Judiciário)

A União contratou, mediante procedimento licitatório, empresa para a construção de centro de pesquisa tecnológica. No curso da execução do contrato, constatou que seria necessária a modificação de algumas especificações técnicas, para melhor adequação aos seus objetivos. De acordo com as disposições da Lei nº 8.666/93,

- **a)** a União poderá alterar unilateralmente o contrato, desde que os encargos adicionais para o contratado não ultrapassem 25% do valor original atualizado monetariamente.
- **b)** somente será possível alterar o contrato por acordo entre as partes e desde que não provoque desequilíbrio econômico-financeiro.
- **c)** o contrato não poderá ser alterado, em face do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, cabendo a rescisão unilateral pela Administração.
- **d)** o contratado não estará obrigado a aceitar a modificação das especificações do objeto caso as mesmas ensejem aumento dos seus encargos, podendo rescindir o contrato.

- **e)** a União poderá alterar unilateralmente o contrato, reestabelecendo, por aditamento, o seu equilíbrio econômico-financeiro quando ocorra aumento dos encargos do contratado.

LETRA E

9 - (Prova: FMP-RS - 2013 - MPE-AC - Analista)

No que se referem aos contratos administrativos de que trata a Lei N° 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, assinale a opção correta.

- **a)** Não é cláusula necessária nos contratos administrativos a referência à legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos.
- **b)** Os contratos administrativos podem ser celebrados por prazo indeterminado.
- **c)** A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- **d)** A declaração de nulidade do contrato administrativo exonera a Administração Pública do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.
- **e)** Em nenhuma circunstância é permitido o contrato verbal com Administração Pública.

LETRA C

10 - Q311396 (Prova: CESPE - 2013 - TJ-DF - Analista)

O contrato de concessão de serviço público pode ser rescindido por iniciativa da concessionária, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente.

- Certo

11 - (Prova: MPE-SC - 2013 - MPE-SC - Promotor de Justiça)

Nos termos da Lei n. 8.666/93, constitui motivo para a rescisão do contrato a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto, o que configuraria o fato da Administração.

- Certo

12 - (Prova: CESPE - 2013 - TJ-DF - Analista Judiciário)

No que concerne ao direito administrativo, julgue os itens a seguir.

Segundo a Lei n.º 8.666/1993, a rescisão dos contratos administrativos pode ser judicial, amigável ou determinada por ato unilateral da administração, não sendo cabível a rescisão unilateral apenas no caso de o inadimplemento contratual ser da administração pública, ou seja, nas hipóteses de rescisão decorrente de culpa da administração.

- Certo

13 - (Prova: FCC - 2013 - TRT - 9ª REGIÃO (PR) - Analista Judiciário)

Durante a prestação de serviço público por particular, mediante regular contratação com a Administração pública, esta entendeu por bem promover alterações no regime de execução, impondo alterações ao contratado para melhorias na esfera jurídica do usuário, com base em previsão legal. Essa conduta da Administração pública encontra fundamento direto no princípio da

- **a)** continuidade dos serviços públicos, não podendo o contratado pleitear o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato por se tratar de evento previsível.
- **b)** mutabilidade do regime jurídico, permitindo que a Administração promova mudanças no regime de execução de serviços para atendimento do interesse público, sem prejuízo de eventual cabimento de reequilíbrio econômico-financeiro em favor do contratado.

- **c)** igualdade dos usuários, não podendo ser feita distinção entre as condições de prestação do serviço a usuários em situação semelhante.
- **d)** indisponibilidade do interesse público, não podendo a Administração pública se furtar a corrigir situação de desigualdade na prestação do serviço público.
- **e)** supremacia do interesse público, que afasta a possibilidade do contratado pleitear o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

LETRA B

14 - (Prova: FGV - 2013 - MPE-MS - Analista -)

As alternativas a seguir apresentam cláusulas exorbitantes dos contratos administrativos, **à exceção de uma.**

Assinale- a.

- **a)** Rescisão unilateral do contrato.
- **b)** Fiscalização unilateral da obra.
- **c)** Alteração unilateral do preço.
- **d)** Aplicação de sanções administrativas.
- **e)** Inoponibilidade relativa da exceção do contrato não cumprido.

LETRA C

15 - (Prova: FCC - 2013 - TJ-PE - Titular de Serviços de Notas e de Registros)

O Estado de Pernambuco contratou empreiteira para a realização de obras de grande vulto, consistentes na construção de uma ponte pênsil. No curso do contrato, a empreiteira contratada subcontratou empresa especializada para a execução da obra, alegando que não possuía a expertise necessária para realizar a totalidade do escopo dos serviços contratados, que se mostraram mais complexos do que avaliou quando da participação no prévio procedimento licitatório, o qual não previa a possibilidade de subcontratação. De acordo com os princípios e normas que regem os contratos administrativos,

- **a)** a conduta do contratado afigura-se ilegal dada a natureza *intuito personae* do contrato administrativo que impede a transferência, total ou parcial, do seu objeto a terceiros, admitindo apenas a subcontratação parcial nos limites estabelecidos no edital e contrato.
- **b)** a mutabilidade do contrato administrativo autoriza a substituição do contratado no curso do contrato, para garantir a melhor consecução de seu objeto, não havendo, pois, ilegalidade na conduta apontada.
- **c)** a presença de cláusulas exorbitantes autoriza a Administração, a seu exclusivo critério, a transferir a execução do contrato a terceiro mais apto que o contratado, mediante subcontratação, não sendo, contudo, conferida ao contratado a mesma prerrogativa, afigurando-se ilegal a sua conduta.
- **d)** o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado pode ser invocado para justificar a licitude da conduta do contratado, desde que comprove que efetuou a subcontratação no interesse da Administração e que não auferiu qualquer proveito econômico indevido.
- **e)** a natureza de contrato de adesão do contrato administrativo permite, a critério da Administração, a substituição do contratado no curso do contrato, de forma que a conduta descrita não padece de vício desde que tenha contado com a prévia anuência do Estado.

LETRA A

SERVIÇO PÚBLICO

1 - (Prova: FCC - 2013 - TRT - 6ª Região (PE) - Juiz do Trabalho)

A caracterização de determinada atividade como serviço público :

- **a)** não importa a vedação de prestação da referida atividade por particular, mediante autorização e controle do poder público, quando se tratar de serviço não exclusivo.
- **b)** determina a sua prestação direta pelo Estado, salvo no caso de serviços não essenciais.
- **c)** afasta a possibilidade de greve pelos servidores ou empregados da entidade prestadora.

- d) independe de definição em lei e admite a prestação direta pelo poder público e indireta por particulares, exclusivamente sob o regime de permissão.
- e) faculta a transferência de titularidade do serviço a particular, mediante concessão, quando passível de exploração por cobrança de tarifa do usuário.

LETRA A

2 - (Prova: FCC - 2013 - MPE-SE - Analista - Direito / Direito Administrativo / Serviços Públicos;)

O Município de Aracajú pretende delegar à iniciativa privada a prestação do serviço municipal de transporte coletivo de passageiros. Após estudos técnicos e econômico- financeiros, resolveu fazê-lo por meio de concessão comum de serviço público, disciplinada pela Lei nº 8.987/1995. Para tanto, é necessário, entre outras providências,

- a) realizar procedimento licitatório, em qualquer modalidade, havendo, no entanto, necessidade de justificar a escolha.
- b) realizar procedimento licitatório, na modalidade concorrência, com participação restrita a pessoas jurídicas.
- c) realizar procedimento licitatório, na modalidade concorrência, do qual poderão participar pessoas físicas e pessoas jurídicas.
- d) firmar contrato escrito, por prazo determinado, não sendo obrigatória a realização de licitação, por se tratar de concessão, não de permissão de serviços públicos.
- e) firmar contrato escrito, por prazo determinado, sendo obrigatória a realização de procedimento licitatório, na modalidade leilão.

LETRA B

3 - (Prova: CESPE - 2013 - TRT - 8ª Região (PA e AP) -)

No que concerne à prestação de serviços públicos, assinale a opção correta.

- a) Considere que uma empresa concessionária do serviço de iluminação pública de determinado ente federativo, alegando inadimplência, tenha suspenso a prestação do serviço. Nessa situação, de acordo com a jurisprudência, o inadimplemento do ente federativo autoriza a suspensão do serviço essencial de iluminação pública, afastando legitimamente a aplicação do princípio da continuidade.
- b) A prestação de serviço público é orientada pelo princípio da obrigatoriedade, segundo o qual o Estado tem o dever jurídico, e não uma mera faculdade discricionária, de promover a prestação do serviço público.
- c) Dado o princípio da igualdade, os serviços públicos devem ser prestados de modo isonômico a todos os usuários, vedando-se, em qualquer caso, o estabelecimento de tarifas diferenciadas.
- d) O princípio da transparência, aplicável ao serviço público, não assegura ao usuário o direito de receber do poder concedente e da concessionária informações de caráter coletivo, mas apenas de interesse individual.
- e) O Estado pode delegar a prestação de serviços públicos a particulares, por meio de concessão ou permissão, porém eventuais prejuízos causados aos usuários pela prestação desses serviços são de responsabilidade direta e objetiva do Estado.

LETRA B

4 - (Prova: UFPR - 2013 - TJ-PR - Juiz)

Considerando o disposto na Lei nº 8.987/95, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Segundo a referida lei, “a transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão”.
- b) Segundo a referida lei, “o poder concedente publicará, previamente ao edital de licitação, ato justificando a conveniência da outorga de concessão ou permissão, caracterizando seu objeto, área e prazo”.
- c) Segundo a referida lei, declarada a intervenção na concessão, “o poder concedente poderá, sendo o caso, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades”.

- d) Segundo a referida lei, “extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato”.

LETRA C

5 - (Prova: CESPE - 2013 - MPE-RO - Promotor de Justiça)

Assinale a opção correta acerca dos serviços públicos.

- a) Apesar da previsão de obrigatoriedade de licitação, a concessão, um dos tipos de delegação da prestação de serviços públicos, não possui natureza contratual, podendo ser realizada se da exploração do serviço não decorrer lucro ao concessionário
- b) Classifica-se como permissão qualificada a delegação, a título precário, da prestação de serviços públicos feita, mediante licitação, pelo poder concedente a pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco, com fixação de prazo
- c) Denominam-se consórcio os acordos firmados por entidades públicas de qualquer espécie, ou entre estas e organizações particulares, para a realização de objetivos de interesse comum dos partícipes.
- d) Os serviços públicos podem ser classificados de acordo com os critérios de essencialidade, adequação, finalidade e destinatários, sendo a atividade policial, por exemplo, classificada, quanto à sua essencialidade, como serviço de utilidade pública
- e) A concessão de serviços públicos somente poderá ser anulada se o concessionário praticar infração contratual que configure violação de dispositivo normativo, o que eiva a relação de vício de ilegalidade.

LETRA B

6 - (Prova: FCC - 2013 - TRT - 18ª Região (GO) -)

O princípio da continuidade dos serviços públicos

- a) aplica-se aos serviços públicos próprios e aos impróprios, diante da essencialidade de sua prestação, considerando-se a natureza estrita de serviço público que detêm.
- b) aplica-se somente aos serviços públicos concedidos ou permitidos, tendo em vista que a delegação não constitui instrumento formal de transferência da execução a terceiros.
- c) fundamenta a atribuição de prerrogativas à Administração, incluindo, dentre outras, a possibilidade de alteração contratual, encampação e uso compulsório de bens da contratada vinculados à prestação do serviço.
- d) é sinônimo do princípio da mutabilidade do regime jurídico de prestação de serviços, tendo em vista que não existe direito adquirido a um específico regime jurídico, salvo no que se refere ao equilíbrio econômico-financeiro, que impede a redução dos valores dos contratos.
- e) impede a suspensão ou a interrupção do contrato de prestação de serviços, cuja execução deve prosseguir, independentemente do ajuizamento de medida judicial para exigir eventual adimplência da Administração.

LETRA C

7 - (Prova: VUNESP - 2013 - TJ-RJ - Juiz)

Com relação à Permissão e Concessão de Serviços Públicos, é correto afirmar que

- a) a permissão de serviço público não exige prévia licitação, sendo formalizada por meio de contrato de adesão.
- b) o Estado poderá instituir imposto pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.
- c) com exceção dos serviços de utilidade pública, todos os demais poderão ser delegados.
- d) toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação.

LETRA D

8. (Prova: TRF - 3ª REGIÃO - 2013 - TRF - 3ª REGIÃO - Juiz Federal)

Assinale a alternativa incorreta:

- a) O que caracteriza uma atividade como serviço público é o fato de ser atribuída sua titularidade à União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, submetendo-se sua prestação a regime jurídico de direito público, por determinação constitucional ou legal.
- b) Concessionários de serviço público remuneram-se explorando-o economicamente, geralmente mediante cobrança de tarifa de seus usuários, inconfundível com taxa, espécie do gênero tributo.
- c) Concessões e permissões de serviço público são duas formas de prestação descentralizada, outorgadas pelos respectivos titulares, sendo inconfundíveis com a contratação de serviços de terceiros, sob o regime da Lei nº 8.666/93.
- d) A única forma de assegurar ao concessionário de serviço público a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão é mediante reajuste ou revisão da tarifa inicialmente fixada, consoante fórmula expressamente estabelecida no edital da licitação e no contrato.
- e) Tarifa, cobrada pelo concessionário dos usuários do serviço público que presta, não é a única forma admissível de remuneração daquele, em cujo favor podem ser previstas outras fontes de receita, nos termos da lei, do edital de licitação e do contrato.

LETRA D

9 - (Prova: VUNESP - 2013 - TJ-SP - Advogado)

Com relação ao contrato de Parceria Público-Privada, é correto afirmar que:

- a) a contraprestação da Administração Pública não poderá ser feita por cessão de créditos não tributários.
- b) a contraprestação da Administração Pública não poderá ser feita por ordem bancária.
- c) os contratos poderão prever adicionalmente a possibilidade de emissão de empenho em nome dos financiadores do projeto em relação às obrigações pecuniárias da Administração Pública.
- d) não será vedada, em razão de interesse público, a celebração que tenha por objeto único o fornecimento de mão de obra.
- e) se autoriza, em situações excepcionais, a celebração cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

LETRA C

10 - (Prova: CESPE - 2013 - TJ-RR - Titular de Serviços de Notas e de Registros)

Considerando o disposto no ordenamento jurídico brasileiro a respeito das concessões e permissões de serviço público, assinale a opção correta.

- a) A lei define concessão de serviço público como a delegação da prestação de serviços públicos, pelo poder concedente, à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco. A concessão deve se dar a título precário e mediante licitação.
- b) O concessionário de serviço público atua em nome da administração pública, respondendo subsidiariamente por eventuais danos causados na execução do serviço.
- c) A subconcessão do serviço público é expressamente vedada pelo ordenamento jurídico.
- d) A caducidade da concessão ocorre quando há a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.
- e) O poder concedente poderá, desde que previsto no edital de licitação, determinar que o licitante vencedor, no caso de consórcio, se constitua em empresa antes da celebração do contrato.

LETRA E

ATOS ADMINISTRATIVOS

1 - (Prova: CESPE - 2013 - TRT - 8ª Região (PA e AP) - Analista Judiciário)

No que se refere aos atos administrativos, assinale a opção correta.

- a) A convalidação, que ocorre quando o ato administrativo está eivado de vício sanável, produz efeitos *ex nunc*, sem retroagir, portanto, para atingir o momento em que tenha sido praticado o ato originário.

- b) O princípio da presunção de veracidade, atributo do ato administrativo, não impede que o Poder Judiciário aprecie de ofício a nulidade de ato administrativo.
- c) Em decorrência do atributo da autoexecutoriedade dos atos administrativos, a administração pública pode interditar estabelecimento comercial irregular independentemente de autorização prévia do Poder Judiciário.
- d) O motivo, requisito do ato administrativo, é definido como a exposição escrita das razões que justificam a prática do ato pela administração.
- e) A revogação pode atingir os atos administrativos discricionários ou vinculados e deverá ser emanada da mesma autoridade competente para a prática do ato originário, objeto da revogação.

LETRA C

2 - (Prova: FCC - 2013 - TRT - 18ª Região (GO) - Analista Judiciário - Área Judiciária)

Pode-se conceituar os atos administrativos como manifestações de vontade do Estado, as quais são dotadas de alguns atributos. Dentre eles, destaca-se a presunção de legitimidade e veracidade, que

- a) significa a presunção absoluta de conformidade com a lei, dependendo de decisão judicial para eventual desfazimento.
- b) consiste na presunção de que o ato praticado está conforme a lei e de que os fatos atestados pela Administração são verdadeiros, admitindo, no entanto, prova em contrário.
- c) significa uma derivação do princípio da legalidade, na medida em que os atos praticados pela Administração possuem força de lei, podendo instituir direitos e obrigações aos administrados.
- d) consiste na necessidade de que sejam confirmados pelo poder judiciário quando veicularem a produção de efeitos limitadores de direitos dos administrados.
- e) significa que os atos administrativos se impõem a terceiros, mesmo que esses não concordem, podendo a Administração adotar medidas coercitivas diretas e concretas para fazer valer sua decisão.

LETRA B

3 - (Prova: VUNESP - 2013 - TJ-RJ - Juiz)

A Administração Pública

- a) pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ressalvada a apreciação judicial.
- b) pode anular seus próprios atos, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- c) não pode declarar, em hipótese alguma, a nulidade dos seus próprios atos.
- d) não pode anular seus atos; somente é autorizada a revogação por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, ressalvada a apreciação judicial.

LETRA A

4 - (Prova: TRF - 3ª REGIÃO - 2013 - TRF - 3ª REGIÃO - Juiz Federal)

Assinale a alternativa correta:

- a) Para qualificar um ato jurídico como sendo ato administrativo é insuficiente a noção de regime jurídico, mas fundamental a identificação do órgão de poder a que pertença o agente que o tenha expedido.
- b) O exame da legalidade de um ato administrativo deve ser levado a efeito à luz das regras jurídicas em vigor, sendo útil, mas não indispensável, considerar também princípios jurídicos.
- c) Ato administrativo só é dotado de executoriedade quando a lei expressamente o estabelece.
- d) Ato administrativo expedido no exercício de competência discricionária é insusceptível de controle judicial, pois esse controle implicaria exame do mérito do ato, o que é vedado ao Judiciário fazer sob pena de ofensa ao princípio da independência entre os Poderes.
- e) Todo e qualquer ato administrativo é susceptível de apreciação pelo Judiciário, não obstante a extensão do seu controle comporte limites em face de sua classificação.

LETRA E

5- (Prova: VUNESP - 2013 - TJ-SP - Advogado)

O ato administrativo.

- a) inválido é aquele anulável por vício de legitimidade.
- b) eficaz poderá ser extinto pelo desaparecimento do sujeito da relação jurídica.
- c) discricionário é insuscetível de exame pelo Poder Judiciário.
- d) ineficaz somente poderá ser extinto pelo instituto da recusa.
- e) perfeito será sempre vinculado.

LETRA B

6 - (Prova: VUNESP - 2013 - TJ-SP - Advogado)

A anulação do ato administrativo.

- a) opera efeitos *ex nunc*.
- b) somente poderá ser declarada pelo Poder Judiciário.
- c) impede que o ato seja novamente editado.
- d) poderá ser ordenada pela Administração Pública
- e) pressupõe o descumprimento de obrigação fixada no ato.

LETRA D

7 - (Prova: CESPE - 2013 - DPE-DF - Defensor Público)

Julgue os itens a seguir, concernentes aos atos administrativos.

Caso verifique que determinado ato administrativo se tornou inoportuno ao atual interesse público e, ao mesmo tempo, ilegal, a administração pública terá, como regra, a faculdade de decidir pela revogação ou anulação do ato.

- Errado

8 - (Prova: CESPE - 2013 - DPE-DF - Defensor Público)

Julgue os itens a seguir, concernentes aos atos administrativos.

A edição de atos administrativos é exclusiva dos órgãos do Poder Executivo, não tendo as autoridades dos demais poderes competência para editá-los.

- Errado

9 - (Prova: CESPE - 2013 - DPE-DF - Defensor Público)

Julgue os itens a seguir, concernentes aos atos administrativos.

O direito da administração de anular os atos administrativos dos quais decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que tenham sido praticados, salvo comprovada má-fé. Segundo o STF, tal entendimento aplica-se às hipóteses de auditorias realizadas pelo TCU em âmbito de controle de legalidade administrativa.

- Certo

10 - (Prova: CESPE - 2013 - TJ-RR - Titular de Serviços de Notas e de Registros)

Assinale a opção correta no que se refere aos atos administrativos.

- a) O Poder Judiciário, após o início de procedimento licitatório seu, destinado à aquisição de computadores, poderá revogar os atos administrativos praticados, se entender ser conveniente e oportuno, no momento, não comprar tais bens.
- b) O Poder Judiciário pode convalidar atos administrativos do Poder Executivo eivados de vício, desde que o vício seja sanável.
- c) Os atos administrativos praticados sob o regime de direito privado gozam de presunção de legitimidade.

- d) Dado o princípio da simetria, os atos administrativos discricionários praticados pelo Poder Executivo somente podem ser anulados pelo próprio Poder Executivo.
- e) Dado o atributo da autoexecutoriedade do ato administrativo, permite-se ao poder público, em caso de descumprimento, impor a terceiros meios indiretos de coerção que induzam à obediência ao ato.

LETRA A

11 - (Prova: CESPE - 2013 - MPU - Analista - Direito)

Julgue os itens a seguir, relativos aos atos administrativos.

A revogação do ato administrativo, quando legítima, exclui o dever da administração pública de indenizar, mesmo que esse ato tenha afetado o direito de alguém.

- Errado

12 - (Prova: TJ-RS - 2013 - TJ-RS - Titular de Serviços de Notas e de Registros)

Assinale a alternativa correta.

- a) A Administração Pública não tem disponibilidade sobre o interesse público
- b) A Administração Pública somente pode revogar atos administrativos, sendo que a anulação apenas pode ocorrer por meio de controle judicial.
- c) Os atos administrativos são públicos, sendo vedada qualquer hipótese de sigilo.
- d) Os atos administrativos são públicos, sendo permitida a utilização da denominação pessoal do agente público.

LETRA A

13 - (Prova: TJ-RS - 2013 - TJ-RS - Titular de Serviços de Notas e de Registros - Remoção)

Assinale a alternativa correta.

- a) O ato administrativo padece de vício quanto ao sujeito, se o agente público excede os limites de sua competência, agindo em excesso de poder.
- b) O ato administrativo padece de vício quanto ao motivo, quando o resultado alcançado viola o ordenamento jurídico.
- c) O ato administrativo padece de vício quanto ao objeto, quando a causa jurídica eleita pelo agente público é inexistente ou inadequada.
- d) O ato administrativo padece de vício de forma, quando o fim atingido é diverso daquele previsto no ordenamento jurídico.

LETRA A

14 - (Prova: TJ-RS - 2013 - TJ-RS - Titular de Serviços de Notas e de Registros)

Assinale a alternativa correta.

- a) O controle administrativo ocorre quando a Administração Pública revisa internamente seus próprios atos, em decorrência do poder de autotutela.
- b) A Administração Pública não se sujeita a controle externo pelo Poder Legislativo.
- c) Os atos administrativos ilegais e ilegítimos são passíveis de revogação.
- d) Os atos administrativos legais e legítimos são passíveis de anulação.

LETRA A

15 - (Prova: TJ-SC - 2013 - TJ-SC - Juiz / Direito Administrativo / Atos administrativos;)

Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

I. Pode-se se definir o ato administrativo como a declaração do Estado ou de quem o representante, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário.

II. São atributos de todo ato administrativo: *a presunção de legitimidade*, que diz respeito à conformidade do ato com a lei; a imperatividade, pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros; e *a autoexecutoriedade*, pelo qual o ato administrativo pode ser posto em execução pela própria Administração Pública.

III. São elementos do ato administrativo: o sujeito, o objeto, a forma, o motivo e a finalidade. Relacionada com o motivo, há a teoria dos motivos determinantes, em consonância com a qual a validade do ato se vincula aos motivos indicados como seu fundamento, de tal modo que, se inexistentes ou falsos, implicam a sua nulidade.

IV. Licença é o ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a Administração Pública faculta ao particular a execução de serviço público ou a utilização privativa de bem público.

- a) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- b) Todas as proposições estão corretas.
- c) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições I e III estão corretas.
- e) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.

LETRA D

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

1 - (Prova: CESPE - 2013 - PG-DF - Procurador)

Acerca dos atos de improbidade administrativa e dos poderes administrativos, julgue os itens que se seguem.

O DF não pode delegar o poder de polícia administrativa a pessoas jurídicas de direito privado, a exemplo das sociedades de economia mista, mesmo que embasado no princípio da eficiência e limitado à competência para a aplicação de multas.

- Certo

2 - (Prova: CESPE - 2013 - PG-DF - Procurador)

Acerca dos atos de improbidade administrativa e dos poderes administrativos, julgue os itens que se seguem.

Se, fundamentado em razões técnicas, um secretário estadual delegar parte de sua competência relacionada à gestão e à execução de determinado programa social para entidade autárquica integrante da administração pública estadual, tal procedimento caracterizará exemplo de exercício do poder hierárquico mediante o instituto da descentralização.

- Errado

3 - (Prova: VUNESP - 2013 - TJ-SP - Juiz)

No exercício do poder de polícia administrativa, o Município, segundo orientação Sumulada do STF,

- a) ao proibir a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área, edita lei válida.
- b) ao proibir a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área, edita lei inválida.
- c) o estabelecer o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais situados em seu território, edita lei inválida.
- d) pode criar limitações administrativas à propriedade, passíveis de indenização.

LETRA B

4 - (Prova: VUNESP - 2013 - TJ-SP - Juiz)

A atuação do Estado, no exercício do poder de polícia, provocando danos na coisa, com objetivo de remover perigo iminente, sem que o dono da coisa seja culpado do perigo,

- a) constitui ato lícito. Portanto, não enseja a responsabilidade civil do Estado.
- b) constitui ato lícito. Portanto, o dono da coisa deverá suportar o prejuízo.
- c) constitui ato lícito. Entretanto, o ato enseja a responsabilidade civil do Estado para reparar o dano causado.
- d) constitui estado de necessidade, não susceptível de indenização pelo Estado.

LETRA C

5. (Prova: FCC - 2013 - TRT - 6ª Região (PE) - Juiz do Trabalho)

Considere (i) imposição de restrição ao exercício de atividade que enseje risco à saúde pública;(ii) aplicação de pena de suspensão do direito de contratar com a Administração a particular que descumpriu obrigações decorrentes de contrato administrativo; (iii) edição de regimento disciplinando o funcionamento de órgão público colegiado. Referidos atos caracterizam, respectivamente, representação do exercício, pela Administração, de poder.

- a) de polícia; hierárquico e disciplinar
- b) normativo; hierárquico e disciplinar.
- c) regulamentar; de polícia e hierárquico.
- d) de polícia, disciplinar e normativo.
- e) disciplinar; hierárquico e regulamentar.

LETRA D

6 - Q336159 (Prova: FCC - 2013 - TRT - 18ª Região (GO) - Analista Judiciário - Área Judiciária / Direito Administrativo / Poderes da Administração; Poder normativo, poder hierárquico e poder disciplinar ; Poder de polícia;)

A Administração pública, em regular fiscalização a estabelecimentos comerciais, autuou e impôs multa aos infratores das normas que disciplinavam o segmento. Essa atuação da Administração é expressão do poder

- a) de polícia, sendo o ato de imposição de multa dotado do atributo da discricionariedade.
- b) de polícia, sendo o ato de imposição de multa dotado de exigibilidade e coercibilidade.
- c) disciplinar, dotado do atributo de autoexecutoriedade.
- d) regulamentar, que permite que a Administração institua e aplique multas pecuniárias aos administrados.
- e) regulamentar, em sua faceta de poder de polícia, que permite que a Administração institua multas pecuniárias aos administrados.

LETRA B

7 - (Prova: CESPE - 2013 - MPE-RO - Promotor de Justiça)

Assinale a opção correta com relação aos poderes da administração pública.

- a) O exercício do poder de polícia pela União exclui o seu exercício pelos estados, mas não pelos municípios, em razão do interesse local
- b) O exercício do poder disciplinar pelo Estado está sujeito ao prévio encerramento da ação penal que venha a ser instaurada perante órgão competente do Poder Judiciário.
- c) Conforme entendimento do STF, o poder de polícia administrativa pode ser delegado, mediante edição de lei, a pessoa jurídica de direito privado.
- d) Conforme previsão constitucional, o poder hierárquico, que permite à autoridade superior a possibilidade de punição disciplinar independentemente de expressa previsão legal, pode ser qualificado, em determinadas situações, como autônomo e originário
- e) A licença é um meio de atuação do poder de polícia da administração pública e não pode ser negada se o requerente satisfizer os requisitos legais para a sua obtenção.

LETRA E

8 - 8(Prova: VUNESP - 2013 - TJ-SP - Advogado 8)

Com relação ao Poder de Polícia, é correto afirmar que:

- **a) constitui ato de polícia administrativa o que impõe restrição a servidor público (Ex.: trabalhar de uniforme)**
- **b) a atividade de polícia é vinculada**
- **c) a atribuição de polícia não pode ser delegada.**
- **d) é competente o município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.**
- **e) a polícia judiciária é essencialmente preventiva**

LETRA D

9 - (Prova: CESPE - 2013 - DPE-DF - Defensor Público)

Em relação ao direito administrativo, julgue o próximo item.

Tratando-se de delegação de competência de superior para subordinado em uma estrutura hierarquizada, a autoridade delegante não pode exercê-la após a transferência da atribuição.

- Errado

10 - (Prova: CESPE - 2013 - TJ-RR - Titular de Serviços de Notas e de Registros)

Acerca dos poderes da administração pública, assinale a opção correta.

- **a) Segundo o STF, decreto autônomo que dispuser sobre a extinção de cargos públicos vagos será inconstitucional, por extrapolar os limites do poder regulamentar conferido ao chefe do Poder Executivo.**
- **b) Os atos administrativos praticados no exercício do poder de polícia caracterizam-se pela autoexecutoriedade, razão por que não são passíveis de questionamento perante o Poder Judiciário.**
- **c) O regimento interno de um órgão é expressão do poder hierárquico desse órgão.**
- **d) As sanções impostas pela administração aos particulares são exemplos de exercício do poder disciplinar.**
- **e) O Conselho Administrativo de Defesa Econômica, mesmo sendo uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Justiça, não está sujeito ao poder hierárquico desse ministério.**

LETRA E

11 - (Prova: TJ-RS - 2013 - TJ-RS - Titular de Serviços de Notas e de Registros -)

Assinale a alternativa correta.

- **a) Pelo poder de polícia, a Administração Pública limita direitos individuais em benefício do Estado.**
- **b) Pelo poder regulamentar, a Administração Pública complementa a disciplina da lei, editando atos legislativos e regulamentos.**
- **c) Pelo poder de polícia, a Administração Pública está autorizada a agir com discricionariedade e mitigar o princípio da legalidade.**
- **d) Pelo poder disciplinar, a Administração Pública apura infrações e aplica penalidades aos servidores públicos e a terceiros sujeitos à disciplina administrativa.**

LETRA D

12 - (Prova: CESPE - 2013 - TJ-DF - Analista Judiciário - Área Judiciária)

A respeito da hierarquia na administração pública e da atuação da polícia administrativa, julgue os próximos itens.

No que se refere ao exercício do poder de polícia, denomina-se exigibilidade a prerrogativa da administração de praticar atos e colocá-los em imediata execução, sem depender de prévia manifestação judicial.

- Errado

13- (Prova: CESPE - 2013 - TJ-DF - Analista Judiciário - Área Judiciária)

Um dos efeitos do sistema hierárquico na administração é a avocação de competência, possível somente entre órgãos e agentes do mesmo nível hierárquico ou entre os quais haja relação de subordinação, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

- Errado

14 - (Prova: FCC - 2013 - TRT - 9ª REGIÃO (PR) - Analista Judiciário - Execução de Mandados)

Decreto do Poder Executivo Municipal restringiu a circulação de veículos em determinado horário em perímetro identificado da cidade, sob o fundamento de que a restrição seria necessária para melhoria da qualidade do ar na região, comprovadamente inadequada por medidores oficiais. A medida, considerando que o poder executivo municipal tenha competência material para dispor sobre a ordenação do tráfego e seja constitucionalmente obrigado a tutela do meio ambiente,

- **a)** é expressão da faceta disciplinar do poder regulamentar, que pode se prestar a restringir a esfera de interesses dos administrados, com vistas ao atendimento do interesse público.
- **b)** é expressão do poder disciplinar, na medida em que houve limitação, ainda que legal, dos direitos individuais dos administrados.
- **c)** insere-se no poder normativo do Executivo Municipal, que pode editar atos normativos autônomos disciplinando os assuntos de interesse local da comunidade.
- **d)** excede o poder regulamentar, que se restringe à disciplina de organização administrativa do ente, devendo essas disposições constarem de lei formal.
- **e)** insere-se no poder regulamentar do Executivo, se as disposições do decreto municipal estiverem explicitando normas legais que estabeleçam as diretrizes de ordenação do sistema viário com vistas a preservação da qualidade do ar.
- **LETRA E**

15 - (Prova: CESPE - 2013 - TJ-DF - Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador)

Em relação ao direito administrativo, julgue os itens a seguir.

A atribuição conferida a autoridades administrativas com o objetivo de apurar e punir faltas funcionais, ou seja, condutas contrárias à realização normal das atividades do órgão e irregularidades de diversos tipos traduz-se, especificamente, no chamado poder hierárquico.

- Errado

BENS PÚBLICOS

(Prova: CESPE - 2013 - TJ-DF - Analista Judiciário - Área Judiciária / Direito Administrativo / Bens Públicos;)

No que se refere à disciplina acerca dos contratos administrativos e dos bens públicos, julgue os itens seguintes.

Consideram-se bens públicos dominicais os que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal ou real de cada uma delas, os quais se submetem a um regime de direito privado, pois a administração pública age, em relação a eles, como um proprietário privado.

- () Certo

(Prova: CESPE - 2013 - DPE-RR - Defensor Público / Direito Administrativo / Bens Públicos;)

No que se refere aos bens públicos, assinale a opção correta.

- **a)** Os bens de uso especial estão fora do comércio jurídico de direito privado, pois só podem ser objeto de relações jurídicas regidas pelo direito público, razão por que, para fins de uso privado de tais bens, os instrumentos possíveis são a autorização, a permissão e a concessão.
- **b)** São características dos bens de uso comum do povo a inalienabilidade absoluta, a imprescritibilidade, a impenhorabilidade e a impossibilidade de oneração.

- c) Terras devolutas são bens dominicais pertencentes aos estados, compreendendo os que, banhados pelas águas do mar ou dos rios navegáveis, vão até 33 m para a parte da terra, da posição da linha da preamar média de 1831.
- d) Se o prefeito de determinado município pretender alterar o regime jurídico de determinado bem público de uso comum para o de dominical, o instituto jurídico aplicável a esse caso será o da servidão administrativa.
- e) Caso determinada comunidade solicite à prefeitura de seu município o fechamento de rua de pouco movimento de seu bairro para realizar comemoração em decorrência das festas juninas, a administração pública, caso aprove referido pedido, deverá utilizar para tal o instituto da concessão de uso de bem público.

LETRA A

(Prova: CESPE - 2013 - TRF - 5ª REGIÃO - Juiz Federal / Direito Administrativo / Bens Públicos;)

No que se refere à classificação e ao regime jurídico dos bens públicos, às terras devolutas e aos terrenos de marinha, assinale a opção correta.

- a) A CF garante a todos o direito de reunir-se pacificamente sem armas, em locais abertos ao público, mediante autorização do poder público, exigida para evitar frustrar reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- b) Consoante o disposto na CF, os bens públicos são passíveis de aquisição por meio de usucapião.
- c) Em regra, as terras devolutas pertencem à União e são consideradas bens dominicais ou dominiais.
- d) A locação de imóveis da União realiza-se mediante contrato, não estando sujeita às disposições de outras leis concernentes à locação, razão por que, em caso de não pagamento dos aluguéis nos prazos estipulados, a rescisão ocorre de pleno direito, podendo a União imitir-se sumariamente na posse da coisa locada, sem que o locatário tenha direito de purgar a mora.
- e) A União pode lavrar auto de demarcação nos seus imóveis nos casos de regularização fundiária de interesse social e interesse público, com base no levantamento da situação da área a ser regularizada.

LETRA D

(Prova: CESPE - 2013 - TRF - 5ª REGIÃO - Juiz Federal / Direito Administrativo / Bens Públicos;)

À luz da jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta acerca de bens públicos, processo administrativo, serviços públicos, controle dos atos da administração e PPPs.

- a) Conforme a jurisprudência do STJ, é plausível a exigência de avaliação psicológica por meio de instrumento normativo- regulamentar de caráter abstrato e geral, se for revestida de caráter objetivo e recorrível.
- b) Tratando-se de PPPs, a norma que regula as competências do órgão gestor é de caráter geral, aplicando-se, portanto, à União, aos estados, aos municípios e ao DF.
- c) De acordo com a jurisprudência do STF, não são bens da União as terras onde se localizavam os aldeamentos indígenas extintos antes da Constituição de 1891, de domínio dos estados-membros.
- d) Como o STF entende ser de cinco anos o prazo decadencial para que a administração reveja seus atos, consubstancia ilegalidade reatável por meio de mandado de segurança a edição de portaria para a instauração de procedimento preliminar de revisão, considerando-se a coisa julgada administrativa.
- e) Segundo a jurisprudência do STJ, quando há corte de energia elétrica por parte da concessionária de serviço público, o dano moral é presumido, ou seja, *in ren ipsa*, sendo prescindível, portanto, a comprovação de prejuízo à sua honra objetiva.

LETRA C

(Prova: CESPE - 2013 - TRF - 5ª REGIÃO - Juiz Federal / Direito Administrativo / Bens Públicos; Contratos Administrativos;)

Assinale a opção correta sobre prescrição, bens públicos, intervenção do Estado no domínio econômico, contratos administrativos e concessão de serviços públicos.

- a) A lei de regência admite a subconcessão, nos termos previstos no contrato de concessão, bastando, para isso, que o poder concedente seja notificado.
- b) Conforme disposto no Decreto n.º 20.910/1932, a citação inicial interrompe a prescrição, quando, por qualquer motivo, o processo tiver sido anulado.
- c) Segundo a lei de regência, a locação de bens imóveis da União, sendo de interesse público secundário, deve ser feita mediante contrato, firmado conforme as disposições da Lei de Locações.
- d) Tratando-se de desapropriação por utilidade pública, alegada a urgência, que não pode ser renovada, fica o expropriante obrigado a requerer a imissão provisória dentro do prazo improrrogável de cento e oitenta dias.
- e) O contratado é responsável pelos danos causados diretamente a terceiros ou à administração decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato. Essa responsabilidade não se exclui nem se reduz se tiver havido fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.

LETRA E

(Prova: CESPE - 2013 - TRF - 5ª REGIÃO - Juiz Federal / Direito Administrativo / Bens Públicos; Princípios da Administração Pública;)

O direito ao meio ambiente é um direito de interesse

- a) individual homogêneo de grande relevância social.
- b) coletivo.
- c) difuso.
- d) meramente individual.
- e) exclusivo do poder público.

LETRA C

(Prova: CESPE - 2013 - TRF - 5ª REGIÃO - Juiz Federal / Direito Administrativo / Bens Públicos;)

Entre as fontes de energias renováveis, inclui-se a energia solar. Em relação a essa fonte de energia, assinale a opção correta.

- a) O direito à captação da energia solar não é um direito integrante da função social da propriedade.
- b) A captação e a utilização da energia solar sujeitam-se à realização de licenciamento ambiental, prescindindo da elaboração de estudo prévio de impacto ambiental.
- c) A energia solar é classificada como um bem imóvel.
- d) Caso, ao redor de determinada propriedade que capte energia solar, seja construído um prédio que dificulte a captação da energia, a possível diminuição da captação da energia solar não poderá ser objeto de indenização.
- e) A utilização de energia solar prescinde de autorização prévia do órgão ambiental.

LETRA E

(Prova: MPE-SC - 2013 - MPE-SC - Promotor de Justiça - Manhã / Direito Administrativo / Bens Públicos;)

ANALISE CADA UM DOS ENUNCIADOS DAS QUESTÕES

ABAIXO E ASSINALE

"CERTO" (C) OU "ERRADA" (E)

Todos os bens e direitos patrimoniais prestam-se a desapropriação ou expropriação, incluindo, via de regra, coisas móveis e imóveis, corpóreas e incorpóreas, públicas ou privadas, além do espaço aéreo e o subsolo.

- () Certo

PARA TURMAS DE MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

JUIZ DO TRABALHO - TRT 8ªR - 2013 – TRT 8ªR - Acerca dos bens públicos, assinale a alternativa CORRETA:

a) São terrenos de marinha, em uma profundidade de 35 (trinta e cinco) metros, medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da linha do preamar-médio de 1831: os que contornam as ilhas situadas em

zona onde se faça sentir a influência das marés e os situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés.

- b) São bens da União: as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei; os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica inclusiva; os potenciais de energia hidráulica; e os recursos minerais, exceto os do subsolo.
- c) Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade, salvo os imóveis públicos que serão adquiridos por usucapião.
- d) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação e na forma que a lei determinar, sendo que uso desses bens é sempre gratuito.
- e) A alienação de bens imóveis da União ocorrerá quando não houver interesse público, econômico ou social em manter o imóvel no domínio da União, nem inconveniência quanto à preservação ambiental e à defesa nacional, no desaparecimento do vínculo de propriedade. A alienação depende de autorização por meio de ato do Presidente da República, precedida de parecer da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) quanto à sua oportunidade e conveniência, sendo que a competência para autorizar a alienação poderá ser delegada ao Ministro de Estado da Fazenda, permitida a subdelegação.

Gabarito: E

JUIZ DO TRABALHO - TRT 20ªR - 2012 – FCC – Os bens públicos são classificados em

- a) de uso especial e de uso comum do povo, considerados de domínio privado do Estado, e os de domínio público, também denominados bens dominicais.
- b) de uso comum do povo, de uso especial e dominicais, todos inalienáveis, imprescritíveis e impenhoráveis, salvo as terras devolutas.
- c) de uso comum do povo ou privativos do Estado, conforme a forma de aquisição da propriedade pelo Poder Público.
- d) de uso especial, de uso comum do povo e dominicais, estes últimos alienáveis observadas as exigências da lei.
- e) de uso especial e de uso comum do povo, sendo apenas os de uso especial passíveis de utilização pelo particular sob a forma de concessão ou permissão de uso.

Gabarito: D

JUIZ DO TRABALHO - TRT 23ªR - 2012 – TRT 23ªR – Assinale a alternativa que contém proposição incorreta:

- a) São exemplos de bens de uso comum do povo os rios, mares, estradas, ruas e praças.
- b) São exemplos de bens de uso especial os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração pública.
- c) São bens dominicais os que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal ou real.
- d) Não dispendo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.
- e) Os bens públicos de uso comum do povo são absolutamente inalienáveis e os de uso especial o são enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

Gabarito: E

JUIZ DO TRABALHO - TRT 23ªR - 2012 – TRT 23ªR – Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

- l) Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei, ainda que tenham destinação pública específica.

II) Os bens públicos dominicais podem ser alienados por meio de institutos do direito privado, como a compra e venda, a doação e a permuta, mas por não terem afetação não podem ser alienados por meio de institutos do direito público como a investidura e a legitimação.

III) Os bens públicos, em suas três modalidades (de uso comum do povo, de uso especial e dominicais) podem ser utilizados pelas pessoas jurídicas de direito público que os detém ou serem cedidos para outros entes públicos, mas apenas os de uso especial e dominicais podem ser utilizados por particulares.

IV) É possível a oposição do particular ao ato administrativo de revogação da utilização do bem público, fundamentado na proteção do interesse público, quando o uso se deu na modalidade de uso privativo ou autorizado, não sendo, contudo, quando se deu na modalidade de uso concedido.

V) As terras devolutas integram a categoria dos bens de uso comum do povo, daí porque não são passíveis de usucapião.

- a) Apenas a proposição V está correta e as demais estão incorretas.
- b) Apenas as proposições IV e V estão corretas e as demais estão incorretas.
- c) Apenas as proposições II e III estão corretas e as demais estão incorretas.
- d) Apenas a proposição IV está correta e as demais estão incorretas.
- e) Todas as proposições estão incorretas.

Gabarito: E

JUIZ DO TRABALHO - TRT 15ªR - 2012 – TRT 15ªR - Assinale a alternativa correta:

- a) Os bens públicos nunca podem ser alienados.
- b) A responsabilidade civil do Estado é objetiva, tendo a Constituição Federal Brasileira adotado a teoria do risco integral.
- c) São atributos do ato administrativo: presunção de legitimidade, imperatividade e autoexecutoriedade.
- d) A ação de mandado de segurança somente pode ser ajuizada contra ilegalidade ou abuso de poder praticado por autoridade pública.
- e) Tratando-se de ato discricionário, a validade do ato administrativo não fica vinculada à motivação que lhe fora dada.

Gabarito: C

JUIZ DO TRABALHO - TRT 2ªR - 2012 – TRT 2ªR - Observe as assertivas e ao final responda.

- I. Os bens dominicais, sob o aspecto jurídico, são de domínio privado do Estado.
- II. A inalienabilidade dos bens públicos é absoluta.
- III. Os terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração municipal, inclusive os de suas autarquias, são considerados bens públicos de uso comum.
- IV. Os bens públicos de uso comum não estão sujeitos à usucapião, enquanto que os dominicais sim.
- V. Os imóveis da União podem ser cedidos a pessoas físicas, em se tratando de aproveitamento econômico de interesse nacional, desde que referida cessão seja autorizada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por delegação do Presidente da República.

Estão corretas apenas as assertivas:

- a) I e V;
- b) II e III;
- c) I e IV;
- d) III e V;
- e) II e V.

Gabarito: A

JUIZ DO TRABALHO - TRT 1ªR - 2012 – FCC - Considerando o regime jurídico ao qual se submetem os bens públicos, os bens imóveis sem destinação de propriedade de sociedade de economia mista controlada pela União são

- a) impenhoráveis e inalienáveis.
- b) inalienáveis, porém passíveis de penhora.
- c) imprescritíveis e impenhoráveis, porém alienáveis, observadas as exigências legais.
- d) inalienáveis e impenhoráveis, salvo em função de dívidas trabalhistas.
- e) alienáveis e passíveis de penhora, observadas as exigências legais.

Gabarito: E

PROCURADOR DO TRABALHO - MPT - 2012 – MPT – Marque a alternativa CORRETA:

- a) O domínio eminente é o poder geral do Estado quanto a tudo que esteja nas suas linhas territoriais, em virtude da sua soberania. Inclui: bens públicos, privados e não sujeitos ao regime normal da propriedade, como o espaço aéreo.
- b) O bem público afetado é o que está voltado para determinado fim público e a desafetação é o contrário, sendo que os bens de uso comum do povo jamais serão desafetados, por causa dessa tipologia que não pode ter sua finalidade alterada.
- c) Os bens de uso especial são os cemitérios públicos, repartições, museus, aeroportos, terras reservadas aos indígenas. Perdem essa configuração, caso estejam sendo alvo de utilização por particulares, sobretudo por delegação.
- d) Todas estão erradas.

Gabarito: A

INTERVENÇÃO NA PROPRIEDADE

- 1 - (VUNESP - 2013 - TJ-SP - Juiz) A declaração de utilidade pública de um imóvel para fins de desapropriação
- a) quando efetivada a desapropriação, exige que o valor da obra seja incluído na indenização.
 - b) não impede a expedição do alvará de licenciamento para construção no imóvel, desde que preenchidos os requisitos legais para sua expedição.
 - c) impede a Administração de expedir alvará de licença para edificação no imóvel.
 - d) impede que o proprietário use, goze e disponha do imóvel.

LETRA B

- 2 - (VUNESP - 2013 - TJ-SP - Advogado)A servidão administrativa:
- a) constitui-se em ônus real de uso que não poderá ser im- posto à propriedade pública.
 - b) terá, obrigatoriamente, o valor de sua indenização fixa-do em acordo administrativo.
 - c) somente poderá ser instituída por meio de lei.
 - d) não transfere o domínio ou a posse, gerando obrigatoriamente direito à indenização.
 - e) é instituída para satisfazer um fim de interesse público

LETRA E

- 3 - (TRF - 3ª REGIÃO - 2013 - juiz Federal) Assinale a alternativa incorreta:
- a) De acordo com o Decreto-lei nº 3365/41, os concessionários de serviços públicos poderão promover desapropriações desde que haja autorização expressa, constante de lei ou contrato.
 - b) A desapropriação para fins de criação ou ampliação de distritos industriais só pode ser levada a efeito em havendo aprovação, prévia e expressa, pelo Poder Público competente, do respectivo projeto de implantação.
 - c) A denominada “tredestinação” pode ser caracterizada como sendo lícita ou ilícita, sendo que em ambos os casos deve ser reconhecido ao expropriado o direito à retrocessão.

- d) Os bens do domínio dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios poderão ser desapropriados pela União, e os dos Municípios pelos Estados, mas o ato deverá ser precedido de autorização legislativa.
- e) O apossamento, pelo Poder Público, de um bem imóvel particular, com ânimo definitivo, sem observar os pressupostos legais exigidos para a sua efetivação, configura desapropriação indireta.

LETRA C

4. (CESPE - 2013 - DPE-DF - Defensor Público)

A requisição administrativa é ato unilateral e autoexecutório por meio do qual o Estado, em caso de iminente perigo público, utiliza bem móvel ou imóvel. Esse instituto administrativo, a exemplo da desapropriação, não incide sobre serviços.

- Errado

5. (2013 - MPE-SC - Promotor de Justiça)

Todos os bens e direitos patrimoniais prestam-se a desapropriação ou expropriação, incluindo, via de regra, coisas móveis e imóveis, corpóreas e incorpóreas, públicas ou privadas, além do espaço aéreo e o subsolo.

- Certo

6. (CESPE - 2013 - TJ-MA - Juiz) Acerca da intervenção do Estado na propriedade, assinale a opção correta.

- a) A caducidade da declaração de utilidade pública refere-se à perda da validade dessa declaração pelo decurso de tempo sem que o poder público promova atos concretos destinados a efetivá-la.
- b) Desapropriação é o direito que a administração tem de utilizar propriedade imóvel alheia para possibilitar a execução de obra ou serviço de interesse coletivo.
- c) Os municípios são competentes para legislar sobre desapropriação.
- d) Pode-se desapropriar dinheiro (moeda corrente do país).

Letra a

7. (CESPE - 2013 - TJ-RR - Titular de Serviços de Notas e de Registros)

No que se refere ao tombamento, assinale a opção correta.

- a) A partir do tombamento, o bem torna-se inalienável.
- b) A partir do tombamento, o bem somente poderá ser alienado à União, se ela for a instituidora do gravame.
- c) O tombamento de bens de valor histórico ou artístico é de competência privativa da União.
- d) A partir do tombamento, o bem somente poderá ser alienado depois de exercido o direito de preferência pela União, pelos estados e pelos municípios, nessa ordem.
- e) Os bens móveis públicos não são passíveis de tombamento.

Letra d

LEI 8.112/90

1 - (Prova: FCC - 2013 - TRT - 15ª Região - Analista Judiciário)

Robson é funcionário público federal e está classificado em São Paulo. Casou-se com Mariana, funcionária pública federal que estava classificada em São Paulo, mas foi removida de ofício para Campinas. Requereu, sob esse fundamento, remoção para Campinas. De acordo com a Lei nº 8.112/90, o pedido

- a) pode ser indeferido por razões de interesse público, desde que devidamente fundamentado.
- b) deve ser deferido, tendo em vista que, nesse caso, a lei assegura esse direito, independentemente do interesse da Administração.
- c) pode ou não ser deferido, desde que presentes razões de interesse público, demanda e cargo vago em Campinas para classificar Robson.

- **d)** deverá ser indeferido, tendo em vista que a remoção de Mariana foi feita de ofício, para atendimento de interesse público, o que inexistente no caso de Robson.
- **e)** deve ser deferido, tendo em vista que os cônjuges são servidores da mesma esfera de governo, condição necessária para acolhimento do pedido.

LETRA B

2 - (Prova: CESPE - 2013 - TRT - 8ª Região (PA e AP) - Analista Judiciário)

Com base no regime disciplinar do servidor público, assinale a opção correta.

- **a)** A penalidade de demissão não poderá ser aplicada ao servidor caso não haja registro, em sua vida funcional, de imposição prévia de qualquer outra sanção disciplinar.
- **b)** Constitui penalidade administrativa a decisão que conclui pela inabilitação do servidor em razão do não preenchimento dos requisitos do estágio probatório.
- **c)** A conduta do servidor que se vale do cargo para lograr proveito pessoal em detrimento da função pública não enseja a aplicação da penalidade de demissão.
- **d)** Em decorrência do princípio da legalidade, é vedada a conversão da penalidade de suspensão em multa.
- **e)** Na hipótese de acumulação ilegal de cargos, a infração será apurada mediante processo administrativo disciplinar sumário conduzido por comissão disciplinar composta por apenas dois servidores estáveis.

LETRA E

3 - (Prova: FCC - 2013 - TRT - 6ª Região (PE) - Juiz do Trabalho)

Paulo, servidor público ocupante de cargo efetivo e exercendo função comissionada de Chefia, retirou, sem autorização da autoridade responsável, documento interno da repartição em que atua. De acordo com o regime disciplinar previsto na Lei nº 8.112/90, a conduta de Paulo enseja a aplicação de pena de:

- **a)** destituição da função comissionada.
- **b)** demissão.
- **c)** advertência.
- **d)** suspensão.
- **e)** multa.

LETRA C

9 - (Prova: FCC - 2013 - TRT - 18ª Região (GO) - Analista Judiciário - Área Judiciária)

Determinado servidor público foi demitido após regular processo administrativo, no qual foi devidamente assegurada sua ampla defesa. Pretendendo invalidar essa decisão, que entende ter incorrido em equivocada interpretação dos fatos, poderá

- **a)** ajuizar ação judicial pleiteando sua reversão ao cargo, cumulando o pedido com indenização pelas perdas e danos incorridos.
- **b)** ajuizar ação judicial pleiteando sua reintegração ao cargo, cumulando pedido de ressarcimento de todas as vantagens.
- **c)** requerer a instauração de processo administrativo revisor, pleiteando sua recondução ao cargo, cumulada com indenização equivalente aos vencimentos não recebidos no período.
- **d)** requerer a instauração de processo administrativo revisor, pleiteando sua reversão ao cargo, somente sendo possível ressarcimento de todas as vantagens no caso de ter havido dolo ou má-fé.
- **e)** ajuizar ação judicial pleiteando sua readaptação ao cargo, cumulando o pedido com indenização pelas perdas e danos comprovados.

LETRA B

10 - (Prova: MPDFT - 2013 - MPDFT - Promotor de Justiça)

Assinale a opção **INCORRETA**:

- **a)** A eliminação de candidato de concurso público que esteja respondendo a inquérito ou ação penal, sem decisão condenatória transitada em julgado, fere o princípio constitucional da presunção da inocência.
- **b)** É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- **c)** As exceções à acumulação de cargos, constitucionalmente previstas são (i) a de dois cargos de professor; (ii) a de um cargo de professor com outro técnico científico; (iii) a de dois cargos de médico.
- **d)** É garantido ao servidor público o direito de greve, mas a fixação de seus vencimentos não pode ser objeto de convenção coletiva.
- **e)** O direito de greve do servidor público é, até o momento, regulado pela Lei nº 7.701, de 1988, e Lei nº 7.783, de 1989, que tiveram seu âmbito de vigência elástico, por força de decisão do Supremo Tribunal Federal.
- LETRA C

11 - Q345803 (Prova: TRF - 3ª REGIÃO - 2013 - TRF - 3ª REGIÃO - Juiz Federal)

Assinale a alternativa **incorreta**:

- **a)** A lei que regula a concessão de benefício por morte de servidor público deve ser aquela vigente à época em que se deu a sua aposentadoria.
- **b)** O servidor público não possui direito adquirido a regime jurídico, mas tem resguardado o direito à irredutibilidade de vencimentos.
- **c)** Candidatos aprovados em concurso público possuem direito à nomeação desde que classificados dentro do número das vagas disponibilizadas.
- **d)** Vantagens de natureza pessoal devem ser incluídas, após o advento da EC 41/2003, no redutor do teto remuneratório previsto no inciso XI do art. 37 da CF.
- **e)** As ações de ressarcimento de danos causados ao erário são imprescritíveis também consoante jurisprudência dos Tribunais Superiores.

LETRA A

12 - Q327664 (Prova: MPT - 2013 - MPT - Procurador)

Sobre o regime jurídico único dos servidores previsto na Lei nº 8.112/90, é **CORRETO** afirmar que:

- **a)** É aplicável a toda a administração pública federal, incluindo as empresas públicas e sociedades de economia mista.
- **b)** Por se tratar de lei federal, prevalece sobre as leis estaduais que regem o regime jurídico dos servidores dos respectivos Estados, em razão do princípio da hierarquia das leis.
- **c)** Regula a contratação temporária de trabalhadores prevista no art. 37, inciso IX, da Constituição da República.
- **d)** Ao entrar em vigor, acarretou a extinção do contrato de trabalho dos servidores da União, com vínculo celetista, que se encontravam laborando naquela data.
- **e)** não respondida.

LETRA D

13 - (Prova: MPT - 2013 - MPT - Procurador)

Sobre as penalidades e o processo administrativo, assinale a alternativa **CORRETA**:

- **a)** A autoridade competente adotará procedimento sumário para a apuração e regularização imediata de acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, na hipótese de omissão do servidor em apresentar opção no prazo legal.
- **b)** O processo administrativo disciplinar é inquisitivo e não se submete aos princípios do contraditório e da ampla defesa.
- **c)** As penalidades de advertência e suspensão do servidor público aplicadas por uma infração terão seus registros cancelados, após o decurso de 03 (três) e 05 (cinco) anos, respectivamente, independentemente da prática nova infração disciplinar pelo servidor neste período.

- **d)** Extinta a punibilidade de infração disciplinar do servidor público pela prescrição, a autoridade julgadora não poderá determinar o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.
- **e)** não respondida.

LETRA A

14- (Prova: CESPE - 2013 - MPU - Analista - Direito)

Considerando as disposições da Lei n.º 8.112/1990, julgue os itens a seguir.

São requisitos para a investidura em cargo público, entre outros, a idade mínima de dezoito anos e a aptidão física e mental, podendo as atribuições do cargo justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

- Certo

15 - (Prova: CESPE - 2013 - TRT - 5ª Região (BA) - Juiz do Trabalho)

Assinale a opção correta em relação à ajuda de custo no âmbito da Lei n.º 8.112/1990.

- **a)** É vedada a concessão de ajuda de custo àquele que, não sendo servidor da União, for nomeado para cargo em comissão, com mudança de domicílio.
- **b)** O servidor ficará obrigado a restituir a ajuda de custo quando, injustificadamente, não se apresentar na nova sede no prazo de quinze dias.
- **c)** A ajuda de custo destina-se a compensar as despesas de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter eventual.
- **d)** É vedado o duplo pagamento de indenização a título de ajuda de custo, a qualquer tempo, no caso de o servidor passar a ter exercício na mesma sede de seu cônjuge ou companheiro, também servidor, anteriormente agraciado com o benefício.
- **e)** Cabe ajuda de custo ao servidor que se afastar do cargo, ou reassumi-lo, em virtude de mandato eletivo.

LETRA D

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

1 - (Prova: CESPE - 2013 - STF - Analista Judiciário - Área)

No que tange às disposições da Lei n.º 8.429/1992, julgue os itens subsequentes.

O ressarcimento integral do dano, em matéria de improbidade administrativa, dar-se-á se houver lesão ao patrimônio público por conduta comissiva ou omissiva, exclusivamente dolosa, praticada por agente público ou por terceiro. Nesse caso, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

- Errado

2- (Prova: CESPE - 2013 - AGU - Procurador)

No que tange aos deveres do servidor público federal e aos atos de improbidade praticados por agente público, julgue os itens subsequentes.

Se um agente público conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie, ficará caracterizado ato de improbidade administrativa, mesmo que o agente não tenha atuado de forma dolosa, ou seja, sem a intenção deliberada de praticar ato lesivo à administração pública.

- Certo

3 - (Prova: CESPE - 2013 - TRT - 8ª Região (PA e AP) - Analista Judiciário)

Considerando o disposto na Lei de Improbidade Administrativa, assinale a opção correta.

- **a)** Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito determinar a indisponibilidade dos bens do indiciado.
- **b)** Os atos de improbidade administrativa praticados por todas as categorias de agentes públicos, servidores ou não, serão punidos na forma da Lei de Improbidade Administrativa, estando o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público sujeito às cominações dessa lei, até o limite da herança.
- **c)** O agente que adquire para outrem, no exercício do mandato, bem cujo valor seja desproporcional à evolução do seu patrimônio ou renda pratica ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
- **d)** O servidor que permite a utilização de veículo de propriedade do ente público em serviço particular pratica ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito.
- **e)** O servidor que, indevidamente, retardar a prática de ato de ofício não estará sujeito a qualquer sanção prevista na Lei de Improbidade, pois, segundo a legislação de regência, a conduta descrita como ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública consiste em deixar de praticar ato de ofício.

LETRA B

4 - (Prova: FCC - 2013 - TRT - 6ª Região (PE) - Juiz do Trabalho)

De acordo com a Lei nº 8.429/92, que dispõe sobre as condutas passíveis de caracterização como ato de improbidade administrativa,

- **a)** os atos de improbidade são sempre comissivos, sendo as condutas omissivas que ensejam prejuízo à administração capituladas como falta administrativa.
- **b)** caracterizam atos de improbidade apenas aqueles praticados contra as entidades da administração direta, autárquica e fundacional e as entidades da administração indireta para cuja criação ou custeio o erário concorra com mais de 50% (cinquenta por cento).
- **c)** são sujeitos ativos, além dos agentes públicos, qualquer pessoa que induza ou concorra para a prática do ato ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.
- **d)** caracterizam ato de improbidade aqueles que ensejem, cumulativamente, dano ao erário, enriquecimento ilícito e violação aos princípios da administração pública.
- **e)** os atos de improbidade pressupõem a conduta dolosa do agente, não sendo admitida, em nenhuma hipótese, a modalidade culposa.

LETRA C

5. (Prova: UFPR - 2013 - TJ-PR - Juiz)

De acordo com a Lei nº 8.429/92, “independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato:

- **a)** Na hipótese de “retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício”, “a “perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos”.
- **b)** Na hipótese de “adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público”, a “perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos”.
- **c)** Na hipótese de “frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente”, o “ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se

concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos”.

- **d)** Na hipótese de “perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado”, a “perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos”.

LETRA B

6 - (Prova: TRF - 3ª REGIÃO - 2013 - TRF - 3ª REGIÃO - Juiz Federal)

Assinale a alternativa correta:

- **a)** Para configuração de improbidade administrativa é suficiente a ofensa objetiva a princípios da Administração Pública, sendo irrelevante o elemento subjetivo do agente público.
- **b)** Moralidade e probidade administrativa são expressões sinônimas, com idêntica denotação e ofensas a ambas se configuram igualmente nos casos de dolo ou culpa.
- **c)** Legalidade, moralidade e probidade administrativas compõem exigências impostergáveis aos agentes públicos, e que são indissociáveis, razão pela qual a não observância de quaisquer delas enseja a aplicação das mesmas sanções.
- **d)** Legalidade, moralidade e probidade não são expressões dotadas de sinonímia absoluta, mas não há ofensa à moralidade ou probidade administrativa sem ofensa a ordem jurídica que, todavia, deve apresentar-se agravada ou qualificada em face de desvio ético-jurídico.
- **e)** Seja qual for a modalidade de improbidade administrativa, aos agentes públicos por ela responsabilizados deve ser aplicada a sanção de perda da função pública independentemente do trânsito em julgado da sentença condenatória.

LETRA D

7 - (Prova: VUNESP - 2013 - MPE-ES - Promotor de Justiça)

Assinale a alternativa que corretamente trata de improbidade administrativa.

- **a)** A Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/92) cuida de reparar atos de improbidade praticados contra a administração pública por uma via específica que não se confunde com a ação penal comum, nem com a ação que apura os crimes de responsabilidade das autoridades mencionadas na Constituição Federal.
- **b)** Em relação ao Presidente da República, está ele sujeito à perda da função pública e dos direitos políticos em decorrência de improbidade administrativa, pela via da ação civil pública da Lei Federal n.º 8.429/92, pois a improbidade administrativa, em toda sua extensão típica, é crime de responsabilidade do Chefe maior da Nação.
- **c)** Senadores, Deputados Federais e Estaduais estão sujeitos a normas constitucionais que disciplinam expressa mente a forma de perda das funções, assim, não podem ter cassados seus direitos políticos pela via da Lei Federal n.º 8.429/92. Da mesma forma, Juízes e Promotores de Justiça estão imunes às sanções da referida Lei.
- **d)** A Lei Federal n.º 8.429/92 veda, em caráter absoluto, a presença de algumas autoridades públicas no polo passivo de ação civil de improbidade ou prevê foro de prerrogativa de função, não restringindo, no entanto, as sanções cabíveis.
- **e)** A Lei Federal n.º 8.429/92 pode ensejar prerrogativa de foro, pois ostenta caráter criminal. A perda da função pública para Prefeitos Municipais submete-se ao tipo penal que tem como objetividade jurídica a tutela da Administração Pública e do patrimônio público, no especial aspecto da garantia da probidade administrativa.

LETRA A

8 - (Prova: VUNESP - 2013 - MPE-ES - Promotor de Justiça;)

A ação de improbidade administrativa:

- **a)** tem como objetivo tão somente proteger a moralidade administrativa.
- **b)** prevê a possibilidade da concessão de tutela cautelar (de evidência) de indisponibilidade de bens.
- **c)** possui como legitimados ativos todos aqueles indicados como legítimos para a ação civil pública.
- **d)** possui natureza preventiva.
- **e)** tem natureza penal, haja vista que a Lei n.º 8.429/92 traz condutas típicas em seu artigo 12.

LETRA B

9 - (Prova: MPE-PR - 2013 - MPE-PR - Promotor Substituto)

Em relação aos atos de improbidade administrativa e seu controle jurisdicional, assinale a alternativa **incorreta**:

- **a)** Não configura ato de improbidade administrativa a exoneração de cargos em comissão, nos três meses que antecedem a realização das eleições até a posse dos eleitos;
- **b)** As ações destinadas ao ressarcimento de danos causados ao erário, decorrentes de atos de improbidade administrativa, podem ser propostas até 8 (oito) anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança;
- **c)** O Estatuto da Cidade não prevê a responsabilização do Prefeito Municipal por ato de improbidade administrativa que impedir ou deixar de garantir a participação de comunidades, movimentos e entidades da sociedade civil no controle social da aplicação dos recursos públicos;
- **d)** Quem for condenado à suspensão dos direitos políticos, em decisão proferida por órgão judicial colegiado, tão somente, por ato doloso de improbidade administrativa, que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação, até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, torna-se inelegível;
- **e)** Os agentes públicos, ainda que não sejam servidores públicos, nos três meses que antecedem as eleições, cometem ato de improbidade administrativa se autorizam publicidade institucional de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral, e nas hipóteses de propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado.

LETRA B

10 - (MPE-PR - 2013 - MPE-PR - Promotor Substituto)

Assinale a alternativa **incorreta**. Caracteriza ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

- **a)** Praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;
- **b)** Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício;
- **c)** Revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo;
- **d)** Frustrar a licitude de concurso público;
- **e)** Revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica.

LETRA E

11 - (Prova: CESPE - 2013 - DPE-DF - Defensor Público)

Julgue os itens subsecutivos, referentes ao controle da administração pública.

Segundo entendimento do STJ, se o governo do DF, amparado em legislação local, realizar contratações

temporárias de servidores sem concurso público, tal ação configurará, por si só, ato de improbidade administrativa.

- Errado

12 - (Prova: TJ-SC - 2013 - TJ-SC - Juiz / Direito) Observadas as alternativas abaixo, assinale a **INCORRETA:**

- **a)** Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- **b)** Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- **c)** Os atos de improbidade administrativa importarão a cassação dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- **d)** As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- **e)** A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade.
- **LETRA C**

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO

1. (CESPE - 2013 - DPE-RR - Defensor Público) Assinale a opção correta quanto ao controle da administração pública.

- a) Ao constatar a existência de ilegalidades na execução de determinado contrato administrativo, o Poder Legislativo deve, primeiramente, determinar prazo para que a entidade responsável adote as medidas cabíveis e, se não atendido, ingressar com a ação judicial cabível para a sustação do contrato.
- b) Devido à cláusula de reserva de jurisdição, a administração pública não pode declarar a nulidade dos seus próprios atos, devendo ingressar com a ação judicial cabível para tanto.
- c) Os decretos editados pelo governador que violem dispositivos legais não estarão submetidos ao controle legislativo, mas apenas ao controle judicial de constitucionalidade.
- d) O controle exercido pela administração direta sobre as autarquias é finalístico, externo e administrativo e não se baseia na subordinação hierárquica.
- e) As entidades integrantes da administração indireta exploradoras de atividade econômica e que não prestem serviços públicos não estão submetidas ao controle do tribunal de contas.

GABARITO: LETRA D

2. (CESPE - 2013 - DPE-TO - Defensor Público) Acerca do controle da administração pública, assinale a opção correta.

- a) Por ter sido adotado na CF o princípio da inafastabilidade da jurisdição, o mérito do ato administrativo pode ser controlado pelo Poder Judiciário em qualquer circunstância.
- b) O controle interno é exercido apenas no âmbito do Poder Executivo.
- c) Dado o princípio da separação de poderes, é vedado ao Congresso Nacional fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.
- d) O direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder é espécie de controle judicial.
- e) O controle judicial da administração pública, no Brasil, é realizado com base no sistema da unidade de jurisdição.

GABARITO: LETRA E

3. (Prova: CESPE - 2013 - FUNASA – Nível Superior)

O controle legislativo é a prerrogativa atribuída ao Poder Legislativo de fiscalizar o Poder Executivo, ressalvados os atos praticados pelos presidentes de empresas públicas e sociedade de economia mista, em razão de sua natureza eminentemente empresarial.

- Errado

4 - (Prova: CESPE - 2013 - MTE - Auditor Fiscal do Trabalho)

O controle da administração realizado pelo Poder Legislativo com o auxílio do TCU abrange o denominado controle de economicidade, pelo qual se verifica se o órgão público procedeu da maneira mais econômica na aplicação da despesa, atendendo à adequada relação de custo-benefício.

- Certo

5 - (Prova: CESPE - 2013 - MS - Administrador /)

Considere que o Congresso Nacional edite determinada lei, sancionada pelo presidente da República, que estabeleça o prazo de cento e oitenta dias para sua regulamentação pelo Poder Executivo. Considere, ainda, que, ao exercer seu poder regulamentar, o Poder Executivo o faça extrapolando os limites previstos nessa lei. Nessa situação, o controle desse ato regulamentar pode ser realizado pelo Poder Judiciário e pelo Poder Legislativo.

- Certo

6 - (Prova: TRT 8R - 2013 - TRT - 8ª Região (PA e AP) - Juiz do Trabalho) – Adaptada – Mantida no arquivo somente as alternativas relacionadas ao tema

Assinale a alternativa CORRETA

- b) Dentre os poderes afetos à Administração Pública, destaca-se o poder regulamentar, que é a prerrogativa que lhe é conferida para complementar as leis e permitir a sua efetiva aplicação, não se inserindo dentro dela a aptidão para alterar a lei sob o pretexto de estar regulamentando-a, pois, caso assim o faça, estará invadindo a competência do Poder Legislativo, o que configura abuso de poder regulamentar, podendo o Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo Federal que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- d) No que concerne aos meios de controle jurisdicional dos atos da Administração Pública, a Constituição Federal de 1988 põe à disposição do cidadão, dentre outros, o mandado de segurança individual ou coletivo, o habeas data, o direito de petição, mandado de injunção e a ação popular, sendo todos eles aptos a provocar a atuação direta do Poder Judiciário em face de um ato administrativo concreto, tendo cabimento o mandado de segurança quando alguém venha a sofrer lesão ou ameaça de lesão a direito líquido certo, não amparado por habeas corpus, habeas data ou mandado de injunção, decorrente de ato de autoridade, praticado com ilegalidade ou abuso de poder
- Letra B

RESPONSABILIDADE CIVIL

1 - (FCC - 2013 - TRT - 15ª Região - Analista Judiciário)

Diz-se, na linguagem comum, que o Poder Público responde civilmente com ou sem culpa. Quando se diz que a responsabilidade civil dos entes públicos é “sem culpa”, tecnicamente se está querendo explicar a modalidade de responsabilidade civil aplicável aos mesmos, ou seja, fazer referência à Responsabilidade

- a) objetiva, modalidade de responsabilidade civil que prescinde de comprovação de culpa do agente público, embora não afaste a necessidade de demonstração do nexo de causalidade entre o ato e os danos por este causados.
- b) objetiva, modalidade de responsabilidade civil que independe da comprovação de culpa e nexo de causalidade entre ação ou omissão de agente público e os danos causados em decorrência desses.

- **c)** subjetiva, modalidade de responsabilidade civil que depende de comprovação de culpa do agente ou do serviço público para configuração do nexo de causalidade, aplicável nos casos de ação e omissão.
- **d)** objetiva ou subjetiva, aplicável a primeira nos casos de omissão e a segunda nos casos de atos comissivos praticados por agentes públicos, cuja culpa deve obrigatoriamente ser demonstrada.
- **e)** objetiva pura, que independe da existência de culpa, da comprovação de nexo de causalidade e não admite qualquer excludente de responsabilidade.

GABARITO: LETRA A

2 - (Prova: FCC - 2013 - TRT - 6ª Região (PE) - Juiz do Trabalho)

Sandro foi aprovado em concurso público e, como requi sito para a posse, foi exigida a apresentação de certidão de antecedentes criminais. Ocorre que referida certidão apontou, equivocadamente, uma condenação por crime doloso, impedindo que Sandro tomasse posse no cargo causando-lhe prejuízo financeiro e moral. Constatado o erro, a Administração.

- **a)** não pode ser civilmente responsabilizada pelos danos morais sofridos por Sandro, salvo na hipótese de condenação judicial, por conduta dolosa, do agente público responsável pela emissão da certidão.
- **b)** responde pelos danos morais e patrimoniais sofridos por Sandro, desde que caracterizada conduta dolosa ou culposa do agente público.
- **c)** responde, civilmente, pelos danos comprovadamente causados a Sandro, independentemente de comprovação de culpa do agente público responsável pela emissão da certidão.
- **d)** não pode ser civilmente responsabilizada pelos danos sofridos por Sandro enquanto não apurada, na esfera administrativa, a responsabilidade do agente público emissor da certidão.
- **e)** pode ser civilmente responsabilizada pelos danos comprovadamente sofridos por Sandro, desde que constatada falha na prestação do serviço, consistente em conduta comissiva comprovadamente culposa de agente público.

GABARITO: LETRA C

3 - (Prova: FCC - 2013 - TRT - 18ª Região (GO) - Analista Judiciário)

Numa ocorrência de acidente de trânsito envolvendo uma viatura oficial da polícia militar e um carro particular, os agentes públicos responsáveis pelo resgate prestaram socorro primeiramente aos policiais militares feridos. Quando outra viatura foi acionada para prestar o atendimento emergencial as outras vítimas, o estado de saúde de uma delas estava bastante agravado. Diante desse cenário e do que prevê a Constituição Federal brasileira,

- **a)** o Estado pode ser responsabilizado civil e objetivamente pelos danos causados pela demora no atendimento.
- **b)** o Estado não pode ser responsabilizado objetivamente, porque a Constituição Federal brasileira não contempla responsabilização por atos omissivos.
- **c)** somente os agentes responsáveis pelo primeiro socorro podem ser responsabilizados pessoalmente, tendo em vista que não prestaram o adequado atendimento às vítimas.
- **d)** o Estado só pode ser responsabilizado pelos danos causados se os policiais militares envolvidos no acidente tiverem culpa pelo mesmo.
- **e)** o Estado pode ser responsabilizado subjetiva e subsidiariamente pelos danos causados aos civis envolvidos no acidente.

GABARITO: LETRA A

4 - (Prova: VUNESP - 2013 - TJ-RJ - Juiz)

Assinale a alternativa correta.

- **a)** Prescreverá em 3 (três) anos a pretensão de reparação civil na hipótese de responsabilidade civil do Estado, mesmo quando o fato depender de apuração criminal.
- **b)** A sindicância é meio sumário de apuração não admitindo ampla defesa ou contraditório, mesmo na hipótese de produzir efeito punitivo.
- **c)** A licença e a autorização são atos que decorrem do poder de polícia discricionário da administração pública, podendo ser recusada por conveniência e oportunidade.

- **d)** A vitaliciedade não impede a extinção do cargo, ficando o funcionário em disponibilidade, com todos os vencimentos.

GABARITO:LETRA D

5 - (Prova: TRF - 3ª REGIÃO - 2013 - TRF - 3ª REGIÃO - Juiz Federal)

Assinale a alternativa correta:

- **a)** As entidades da administração indireta submetidas a regime de direito privado e exploradoras de atividade econômica devem sujeitar-se ao mesmo regime de responsabilidade civil extracontratual do Estado.
- **b)** O Estado não responde pelo comportamento de seus agentes quando estes, embora no exercício de função administrativa, causarem danos a terceiros em decorrência de móvel pessoal.
- **c)** O Estado deve necessariamente responder pelos danos causados por fatos da natureza quando, devendo obstá-lo, a sua atuação tiver sido insuficiente.
- **d)** O Estado não deve reparar danos causados a terceiros quando forem decorrentes de seu comportamento lícito.
- **e)** A ausência de nexo de causalidade entre o comportamento estatal e o dano a terceiros não exclui necessariamente a responsabilidade civil do Estado.

GABARITO:LETRA C

6 - (Prova: VUNESP - 2013 - MPE-ES - Promotor de Justiça)

Considerando a responsabilidade objetiva do Estado prevista no art. 37, § 6.º da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- **a)** É aplicável aos casos de danos causados pela ação ou omissão do Estado, em responsabilidade extracontratual
- **b)** Atinge os atos praticados pelo agente público dentro e fora do exercício de suas funções.
- **c)** É atenuada pela ocorrência de caso fortuito, força maior, ou se caracterizada culpa exclusiva da vítima.
- **d)** As pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- **e)** Não se aplica às pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos, como fundações governamentais de direito privado.

GABARITO:LETRA D

7 - (Prova: CESPE - 2013 - DPE-DF - Defensor Público)

A respeito da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens seguintes.

Segundo a jurisprudência atualizada do STJ, em ação de indenização por ilícito penal praticado por agente do Estado, o termo inicial da prescrição é o trânsito em julgado da ação penal condenatória

- Certo Errado

GABARITO:CERTA

8 - (Prova: CESPE - 2013 - DPE-DF - Defensor Público)

A respeito da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens seguintes.

Considere que o Poder Judiciário tenha determinado prisão cautelar no curso de regular processo criminal e que, posteriormente, o cidadão aprisionado tenha sido absolvido pelo júri popular. Nessa situação hipotética, segundo entendimento do STF, não se pode alegar responsabilidade civil do Estado, com relação ao aprisionado, apenas pelo fato de ter ocorrido prisão cautelar, visto que a posterior absolvição do réu pelo júri popular não caracteriza, por si só, erro judiciário.

- Certo Errado

GABARITO:CERTA

9 - (Prova: CESPE - 2013 - DPE-DF - Defensor Público)

A respeito da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens seguintes.

Segundo o ordenamento jurídico brasileiro, todas as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado que integrem a administração pública responderão objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.

- Certo Errado

GABARITO:ERRADA

10 - (Prova: CESPE - 2013 - DPE-DF - Defensor Público)

A respeito da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens seguintes.

Caso um DP recorra de decisão judicial que arbitre indenização de valor irrisório a ser paga pelo poder público, pleiteando revisão do valor, o recurso interposto, segundo a jurisprudência consolidada do STJ, será inviável, visto que a revisão do valor a ser indenizado somente é possível quando a importância arbitrada é exorbitante.

- Certo Errado

GABARITO:ERRADA

11 - (Prova: CESPE - 2013 - TJ-RR - Titular de Serviços de Notas e de Registros)

Considerando que um oficial registrador tenha reconhecido firma de uma assinatura falsa e que esse ato tenha causado prejuízo a terceiro, assinale a opção correta com base no disposto no ordenamento jurídico e na jurisprudência sobre responsabilidade civil do Estado.

- **a)** Havendo sucessão na titularidade da serventia, o sucessor responderá pelo ato ilícito praticado pelo sucedido, antigo titular.
- **b)** A responsabilidade do notário e do ente estatal é, nesse caso, objetiva.
- **c)** Aplica-se, nessa situação, a teoria do risco integral.
- **d)** O referido notário somente será responsabilizado se houver demonstração de culpa e nexo causal.
- **e)** O Estado e o cartório notarial podem figurar no polo passivo da ação de responsabilidade.

GABARITO:LETRA B

12 - (Prova: CESPE - 2013 - MPU - Analista -)

Acerca do controle legislativo da administração e da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens seguintes

A responsabilidade civil do Estado incide apenas se os danos causados forem de caráter patrimonial.

- Certo Errado

GABARITO:ERRADA

13 - (Prova: TJ-RS - 2013 - TJ-RS - Titular de Serviços de Notas e de Registros - Remoção)

Assinale a alternativa correta.

- **a)** As empresas privadas concessionárias de serviço público não responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- **b)** As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, afastado o direito de regresso contra o responsável, se não for caso de dolo ou culpa.
- **c)** As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado que exercem atividade econômica responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.
- **d)** As pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, afastado o direito de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.

GABARITO:LETRA B

14 - (Prova: TJ-SC - 2013 - TJ-SC - Juiz)

Observadas as alternativas abaixo, assinale a **INCORRETA**:

- **a)** Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- **b)** Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- **c)** Os atos de improbidade administrativa importarão a cassação dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- **d)** As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- **e)** A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade.

GABARITO:LETRA C

15 - 5 (Prova: CESPE - 2013 - TJ-DF - Analista Judiciário - Oficial de Justiça)

No que concerne ao direito administrativo, julgue os itens a seguir.

Suponha que o TJDF, por intermédio de um oficial de justiça, no exercício de sua função pública, pratique ato administrativo que cause dano a terceiros. Nessa situação, não se aplicam as regras relativas à responsabilidade civil do Estado, já que os atos praticados pelos juízes e pelos auxiliares do Poder Judiciário não geram responsabilidade do Estado.

- Certo Errado

GABARITO:ERRADA

16 - (Prova: CESPE - 2013 - DPE-RR - Defensor Público)

Acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

- **a)** De acordo com a teoria do risco integral, o Estado responde integralmente quando houver danos a terceiros, desde que não esteja presente nenhuma das causas excludentes de responsabilidade.
- **b)** Nas situações que caracterizem conduta omissiva do Estado, deve-se adotar a teoria da irresponsabilidade administrativa.
- **c)** A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva em decorrência dos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- **d)** No Brasil, não se admite a responsabilidade civil do Estado por atos da administração pública no caso de dano moral.
- **e)** Caso o Estado seja condenado a indenizar vítima de prejuízos provocados por servidor público, será possível a busca da compensação de suas despesas mediante o ajuizamento de ação regressiva em face do servidor responsável, mesmo que este não tenha agido com culpa ou dolo.

GABARITO:CERTA

17 - (Prova: CESPE - 2013 - CNJ - Analista Judiciário - Área Judiciária)

Em relação a direito administrativo, julgue os itens subsequentes.

Se do atributo da executoriedade do ato administrativo resultar dano ao particular em razão de ilegitimidade ou abuso, o Estado estará obrigado a indenizar o lesado, uma vez configurados a conduta danosa, o dano e o nexo causal.

- Certo Errado

GABARITO:CERTA

18 - (Prova: FGV - 2013 - MPE-MS - Analista - Direito)

João, policial militar do Estado "X", ao presenciar uma tentativa de assalto, realiza disparos de arma de fogo que impedem a ocorrência do crime e atingem um automóvel estacionado no local.

Considerando a situação acima descrita, assinale a afirmativa correta.

- **a)** O Estado "X" não responde pelo dano causado ao automóvel, vez que tal foi necessário para impedir a prática de um crime.
- **b)** O Estado "X" responde pelo dano causado e poderá, em ação regressiva, apurar a responsabilidade de João, caso comprove que agiu com culpa em sentido amplo.
- **c)** O Estado "X" responde pelo dano causado juntamente com João, tendo em vista que é manifesta a falha na prestação do serviço.
- **d)** João, apesar de no exercício de seu múnus público, responde pelo ato, vez que o dono do automóvel não tinha qualquer relação com o crime.
- **e)** O dano ao automóvel, por decorrer de fortuito externo, não gera a responsabilização nem do Estado "X", nem de seu policial, João.

GABARITO:LETRA B

19 - (Prova: FCC - 2013 - TJ-PE - Titular de Serviços de Notas e de Registros -)

Direito Administrativo

Paulo, comerciante estabelecido no município do Recife, solicitou um empréstimo em instituição financeira e o mesmo foi negado em função de apontamento constante do Tabelionato de Protesto. Em face disso, Paulo sofreu sérios prejuízos, decorrentes da falta de capital de giro, entre os quais a perda de contratos pela impossibilidade de pagamento de seus fornecedores, atraso no pagamento de tributos, multas, entre outros. Posteriormente, restou comprovado que o apontamento constou indevidamente da certidão expedida, em decorrência de erro do programa de informática do Tabelionato. Em face de tal situação, com fundamento no art. 37, § 6º, da Constituição Federal e na Lei nº 8.935/94, Paulo

- **a)** detém o direito de ser indenizado pelos prejuízos sofridos, desde que comprovada a responsabilidade subjetiva do tabelião.
- **b)** não possui direito à indenização, mas apenas à reparação do erro verificado, tendo em vista tratar-se de serviço público delegado.
- **c)** possui o direito de ser indenizado pelos danos morais e patrimoniais sofridos, cabendo a responsabilidade, exclusivamente, ao agente causador do dano, tabelião ou preposto, que tenha atuado com dolo ou culpa.
- **d)** não possui direito a indenização, eis que a responsabilidade do agente público delegado é de natureza subjetiva, afastada nos casos de falha do serviço que não decorra de dolo ou culpa individual.
- **e)** possui o direito de ser indenizado, incidindo na situação narrada a responsabilidade objetiva do Tabelionato, que poderá exercer o direito de regresso em face de preposto responsável pelo erro, desde que comprovado dolo ou culpa.

GABARITO:LETRA E

20 - (Prova: FCC - 2013 - TJ-PE - Juiz)

Considere este dispositivo constitucional:

Art. 37, § 6º : As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Analise a seguinte sentença que contém duas asserções:

Caso um agente público, nessa qualidade, cause dolosamente dano a terceiro, o Estado responderá, mas o fundamento da responsabilidade civil do Estado não será o art. 37, § 6º, da Constituição Federal,

PORQUE

o art. 37, § 6º, da Constituição Federal, trata da responsabilidade objetiva do Estado.

É correto afirmar que

- a) a primeira asserção está correta e a segunda está incorreta.
- b) a primeira asserção está incorreta e a segunda está correta.
- c) as duas asserções estão incorretas.
- d) as duas asserções estão corretas e a segunda justifica a primeira.
- e) as duas asserções estão corretas e a segunda não justifica a primeira.

GABARITO:LETRA B

21 - (Prova: CESPE - 2013 - TRT - 10ª REGIÃO (DF e TO) - Analista Judiciário)

Todos os anos, na estação chuvosa, a região metropolitana de determinado município é acometida por inundações, o que causa graves prejuízos a seus moradores. Estudos no local demonstraram que os fatores preponderantes causadores das enchentes são o sistema deficiente de captação de águas pluviais e o acúmulo de lixo nas vias públicas.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

Caso algum cidadão pretenda ser ressarcido de prejuízos sofridos, poderá propor ação contra o Estado ou, se preferir, diretamente contra o agente público responsável, visto que a responsabilidade civil na situação hipotética em apreço é solidária.

- Certo Errado

GABARITO:ERRADA

22 - (Prova: CESPE - 2013 - TRT - 10ª REGIÃO (DF e TO) - Analista Judiciário)

De acordo com a jurisprudência e a doutrina dominante, na hipótese em pauta, caso haja danos a algum cidadão e reste provada conduta omissiva por parte do Estado, a responsabilidade deste será subjetiva.

- Certo Errado

GABARITO:CERTA

23 - (Prova: CESPE - 2013 - TRT - 10ª REGIÃO (DF e TO) - Analista Judiciário)

No tocante à responsabilidade civil da administração, julgue os itens subsequentes.

A teoria do risco integral obriga o Estado a reparar todo e qualquer dano, independentemente de a vítima ter concorrido para o seu aperfeiçoamento.

- Certo Errado

GABARITO:CERTA

24 (Prova: CESPE - 2013 - TRT - 10ª REGIÃO (DF e TO) - Analista Judiciário;)

Pela teoria da *faute du service*, ou da culpa do serviço, eventual falha é imputada pessoalmente ao funcionário culpado, isentando a administração da responsabilidade pelo dano causado.

- Certo Errado

GABARITO:ERRADA

25 - (Prova: CESPE - 2013 - TRE-MS - Analista Judiciário)

Determinada professora da rede pública de ensino recebeu ameaças de agressão por parte de um aluno e, mais de uma vez, alertou à direção da escola, que se manteve omissa. Nessa situação hipotética, caso se consumem as agressões, a indenização será devida

- a) pelo Estado, objetivamente.
- b) pelos pais do aluno e pelo Estado em decorrência do sistema de compensação de culpas.
- c) pelo Estado, desde que presentes os elementos que caracterizem a culpa.
- d) pelos pais do aluno e, subsidiariamente, pelo Estado.
- e) pelos pais do aluno, em virtude do poder familiar.

GABARITO:LETRA C

26 - (Prova: FCC - 2013 - TRT - 1ª REGIÃO (RJ) - Analista Judiciário)

O motorista de um automóvel de passeio trafegava na contra-mão de direção de uma avenida quando colidiu com uma ambulância estadual que transitava na mão regular da via, em alta velocidade porque acionada a atender uma ocorrência. A responsabilidade civil do acidente deve ser imputada

- **a)** ao civil que conduzia o veículo e invadiu a contra- mão, dando causa ao acidente, não havendo nexo de causalidade para ensejar a responsabilidade do Estado.
- **b)** ao Estado, uma vez que um veículo estadual (ambulância) estava envolvido no acidente, o que enseja a responsabilidade objetiva.
- **c)** ao Estado, sob a modalidade subjetiva, devendo ser comprovada a culpa do motorista da ambulância.
- **d)** tanto ao civil quanto ao Estado, sob a responsabilidade subjetiva, em razão de culpa concorrente.
- **e)** ao civil que conduzia o veículo, que responde sob a modalidade objetiva no que concerne aos danos apurados na viatura estadual.

GABARITO:LETRA A

27 - (CESPE - 2013 - TRF - 5ª REGIÃO - Juiz Federal)

A responsabilidade por possíveis danos ao meio ambiente decorrentes de atividade ou empreendimento

- **a)** condiciona-se à demonstração do elemento subjetivo pelo agente.
- **b)** restringe-se ao ressarcimento do dano, caso a licença ambiental tenha sido concedida regularmente.
- **c)** pode ensejar, na esfera administrativa, a sanção de intervenção na empresa infratora.
- **d)** enseja o dever de reparar, caso a conduta consista, no mínimo, em ilicitude administrativa.
- **e)** não abrange a pessoa jurídica na esfera penal.

GABARITO:LETRA B

29 - (Prova: CESPE - 2013 - TRF - 5ª REGIÃO - Juiz Federal)

O objetivo do regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos é assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água. No âmbito da União,

- **a)** a outorga preventiva de uso de recursos hídricos confere ao requerente, desde a sua autorização, o imediato uso dos recursos hídricos.
- **b)** o aproveitamento dos recursos hídricos — incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas — só pode ser efetivado mediante autorização do Congresso Nacional e após as comunidades afetadas terem sido ouvidas.
- **c)** a inexistência de declaração de reserva de disponibilidade hídrica não impede a Agência Nacional de Energia Elétrica de licitar a concessão ou a autorização do uso de potencial de energia hidráulica em corpo de água de domínio da União.
- **d)** a outorga de uso dos recursos hídricos depende de prévia realização de licitação.
- **e)** a competência para a edição de normas gerais sobre outorga é do Ministério do Meio Ambiente.

GABARITO:LETRA B

30 - (Prova: FCC - 2013 - DPE-AM - Defensor Público)

Paciente internada em UTI de hospital público municipal falece em razão da ocorrência de interrupção do fornecimento de energia elétrica, decorrente de uma tempestade na região, sendo que o referido hospital não possuía geradores de emergência. Em sua defesa, o Município alega que se trata de situação de força maior, o que afasta a responsabilidade estatal. Tal argumento não se sustenta, pois

- **a)** a responsabilidade estatal na prestação de serviços públicos é baseada na teoria do risco administrativo, afastando as causas excludentes de responsabilidade.
- **b)** a responsabilidade estatal na prestação de serviços públicos é baseada na teoria do risco integral, afastando as causas excludentes de responsabilidade.
- **c)** não se trata de situação de força maior, mas sim de fato de terceiro, que não enseja o afastamento da responsabilidade estatal.

- **d)** por se tratar de morte natural, decorrente de moléstia contraída antes da internação, o nexos causal não se encontra configurado, sendo desnecessário recorrer à excludente de força maior.
- **e)** a situação ocorrida está no horizonte de previsibilidade da atividade, ensejando a responsabilidade subjetiva da entidade municipal, que tinha o dever de evitar o evento danoso.

GABARITO: LETRA E

PROCESSO ADMINISTRATIVO

1 - (CESPE - 2013 - TRT - 8ª Região (PA e AP) - Analista Judiciário) Acerca do processo administrativo e dos servidores públicos, assinale a opção correta com base na legislação e na jurisprudência.

- a)** É absoluta a regra que exige a divulgação oficial dos atos administrativos, assim como a que determina a motivação obrigatória dos atos administrativos.
- b)** No âmbito do processo administrativo, além das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados, a interpretação da norma administrativa deve ser realizada da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada a aplicação retroativa da nova interpretação.
- c)** A legislação de regência veda, em caráter absoluto, a cobrança de despesas processuais no processo administrativo.
- d)** Quando a administração pública, ao interpretar erroneamente a lei, efetuar pagamentos indevidos ao servidor, os valores recebidos deverão ser restituídos, ainda que caracterizada a boa-fé do servidor.
- e)** Como a natureza da vinculação estabelecida entre servidor e Estado é de caráter legal, a legislação posterior não pode alterar o regime jurídico originariamente estabelecido, tendo o servidor, de acordo com o STJ, direito adquirido ao regime jurídico estabelecido no ato da vinculação.

GABARITO: LETRA B

2 - (VUNESP - 2013 - TJ-RJ - Juiz) No Processo Administrativo,

- a)** não se aplica o princípio do juiz natural.
- b)** a instauração será exclusivamente por meio de Portaria.
- c)** admite-se, excepcionalmente, a interceptação de comunicação telefônica.
- d)** aplica-se o princípio do formalismo moderado.

GABARITO: LETRA D

3 - (VUNESP - 2013 - TJ-SP - Advogado) Nos termos da Lei n.º 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assinale a alternativa correta.

- a)** Não poderá o interessado desistir parcialmente do pedido formulado, somente estando autorizado a renunciar integralmente ao processo.
- b)** Antes da tomada de decisão, a juízo da autoridade, diante da relevância da questão, poderá ser realizada audiência pública para debates sobre a matéria do processo.
- c)** O Ministério Público é considerado parte legítima para iniciar o processo, quando a vítima não pode prover as despesas legais.
- d)** O processo administrativo somente poderá iniciar a pedido do interessado ou por iniciativa do Ministério Público.
- e)** O interessado poderá, mediante manifestação escrita ou verbal, renunciar a direitos disponíveis.

GABARITO: LETRA B

4 - (FCC - 2013 - TRT - 12ª Região (SC) - Analista Judiciário) Nos termos da Lei nº 9.784/99, o administrado que detém a condição de interessado em determinado processo administrativo tem direito a

- a)** acessar os autos apenas se houver decisão proferida, não havendo o direito de acesso em hipótese diversa.
- b)** ciência da tramitação do processo apenas, não podendo ter vista dos autos ou mesmo extrair cópias.
- c)** vista dos autos apenas, não sendo garantida a ciência da tramitação do mesmo.
- d)** vista dos autos e obtenção de cópias, não podendo, no entanto, ter acesso a eventuais decisões proferidas.

e) ciência da tramitação do processo, vista dos autos, obtenção de cópias de documentos nele contido e conhecimento das decisões proferidas.

GABARITO: LETRA E

5 - (MPE-PR - 2013 - MPE-PR - Promotor Substituto;) Sobre processo administrativo, é incorreto afirmar:

- a) Da decisão administrativa que contrariar enunciado de súmula vinculante, negar-lhe vigência ou aplicá-lo indevidamente caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal, sem prejuízo dos recursos ou outros meios admissíveis de impugnação;
- b) Segundo a lei 9784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito, devendo o recurso ser dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior;
- c) O “princípio do formalismo moderado”, que alguns também denominam de “princípio do informalismo”, consiste, de um lado, na previsão de ritos e formas simples, suficientes para propiciar um grau de certeza, segurança, respeito aos direitos dos sujeitos, o contraditório e a ampla defesa e, de outro lado, na exigência de interpretação flexível e razoável quanto a formas, prestigiando-se o caráter instrumental do processo administrativo. Particularmente por esta última acepção, alguns o denominam de “princípio da utilidade ou efetividade do processo”;
- d) Segundo súmula vinculante do STF, a falta de defesa técnica por advogado, no processo administrativo, ofende a Constituição;
- e) Segundo súmula vinculante do STF, nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

GABARITO: LETRA D

6 - (CESPE - 2013 - TJ-RR - Titular de Serviços de Notas e de Registros) Com base no disposto na Lei n.º 9.784/1999, que regula os processos administrativos, assinale a opção correta.

- a) A competência, irrenunciável, pode ser delegada a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não sejam hierarquicamente subordinados ao órgão originalmente competente, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.
- b) O não atendimento da intimação para ciência de decisão importa o reconhecimento da verdade dos fatos pelo administrado.
- c) O andamento do processo administrativo deve ser feito mediante atuação do interessado, vedada a impulsão de ofício.
- d) A edição de atos de caráter normativo poderá ser delegada, desde que a delegação se mostre conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.
- e) O descumprimento do regime de tramitação prioritária dos processos em que figurem como parte ou interessado maiores de sessenta anos de idade e portadores de deficiência física ou mental sujeitará o magistrado ou servidor público responsável às penalidades previstas em lei e à reparação das perdas e danos sofridos pelo beneficiado.

GABARITO: LETRA A

7 - (CESPE - 2013 - STM - Juiz) Com base na Lei n.º 9.784/1999, que dispõe sobre o processo administrativo, assinale a opção correta.

- a) Quando for conveniente em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial, um órgão administrativo e seu titular poderão delegar sua competência para a edição de atos normativos a outros órgãos, ainda que estes não lhes sejam hierarquicamente subordinados.
- b) Não observadas as prescrições legais, consideram-se nulas as intimações, não sendo essa irregularidade suprida pelo comparecimento do administrado.

- c) Caso a decisão proferida em processo administrativo contrarie súmula vinculante, caberá reclamação ao STF.
- d) O Ministério da Defesa é considerado ente da União.
- e) Tramitarão prioritariamente os procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado pessoa portadora de moléstia profissional ou vítima de acidente de trabalho.

GABARITO: LETRA C

8 - (CESPE - 2013 - CNJ - Analista Judiciário) Em relação ao processo administrativo no âmbito da administração pública federal, regido pela Lei n.º 9.784/1999, julgue o item abaixo.
É defeso à administração recusar imotivadamente o recebimento de documentos. Nesse caso, o servidor deverá orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.
() Certo () Errado

GABARITO: CERTA

9 - (CESPE - 2013 - CNJ - Analista Judiciário) A respeito dos poderes da administração e do processo administrativo no âmbito da administração pública federal, julgue os itens subsecutivos.
As normas básicas do processo administrativo não se aplicam ao Poder Judiciário da União, pois, no desempenho da função administrativa, devem ser observadas as regras dispostas nos regimentos internos de cada órgão integrante da sua estrutura.
• () Certo () Errado

GABARITO: ERRADA

10 - (Prova: CESPE - 2013 - CNJ - Analista Judiciário)
As atividades desenvolvidas na fase instrutória do processo administrativo destinam-se a averiguar e a comprovar os dados necessários à tomada de decisão e são realizadas pela administração em observância ao princípio da oficialidade, não competindo ao administrado a proposição de atos probatórios.
• () Certo () Errado

GABARITO: ERRADA

11 - (CESPE - 2013 - TRE-MS - Analista Judiciário) No processo administrativo, a administração pública tem o poder-dever de produzir provas com o fim de atingir a verdade dos fatos, não devendo, por isso, ficar restrita a que as partes demonstrem no procedimento. Esse pressuposto, conforme a doutrina pertinente, refere-se ao princípio da
a) da gratuidade.
b) oficialidade.
c) lealdade e boa-fé.
d) do informalismo.
e) da verdade material.

GABARITO: LETRA E

12 - (FCC - 2013 - TRT - 1ª REGIÃO (RJ) - Analista Judiciário) No curso de processo administrativo, a autoridade responsável pela condução do mesmo deixou de dar-lhe regular andamento. O interessado, com o objetivo de entender as razões da paralisação, solicitou cópia dos principais documentos integrantes dos autos. De acordo com as disposições da Lei no 9.784/99,
a) o impulso do processo deve se dar de ofício, não cabendo ao interessado provocar seu andamento.
b) os atos do processo são sigilosos, cabendo ao interessado comprovar o efetivo interesse para obter os documentos solicitados.
c) o interessado deve constituir advogado para obter vista dos autos e tomar conhecimento de todos os atos praticados.

d) o interessado pode formular alegações e apresentar documentos, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.

e) cabe à autoridade explicitar as razões de fato e de direito da sua conduta, desde que provocada pelo interessado, vedada a impulsão do processo de ofício.

GABARITO: LETRA D

13 - (CESPE - 2013 - TRE-MS - Analista Judiciário) (ADAPTADA – mantida apenas as assertivas relacionadas ao tema).

Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, nos processos perante o Tribunal de Contas da União, asseguram-se o contraditório e a ampla defesa, em quaisquer procedimentos.

GABARITO: ERRADA

14.(CESPE - 2013 - TRE-MS - Analista Judiciário) (ADAPTADA – mantida apenas as assertivas relacionadas ao tema).

A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo nos casos de delegação e avocação legalmente admitidos, entre os quais a edição de atos de caráter normativo.

GABARITO: ERRADA

15.(CESPE - 2013 - TRE-MS - Analista Judiciário) (ADAPTADA – mantida apenas as assertivas relacionadas ao tema).

Em caso de revisão administrativa, o órgão competente para decidir poderá confirmar, modificar, anular ou revogar qualquer decisão a ser revista, se a matéria for de sua competência.

GABARITO: ERRADA